



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL**

Francieli Katiúça Teixeira da Cruz Severo

**“É ISSO, EU TAVA MESMO DIZENDO EU MORO AQUI E FAÇO VISITA NA
MINHA CASA”: cotidiano de trabalho de mães sociais que residem em casas
lares.**

**PORTO ALEGRE
2020**

Francieli Katiúça Teixeira da Cruz Severo

**“É ISSO, EU TAVA MESMO DIZENDO EU MORO AQUI E FAÇO VISITA NA
MINHA CASA”:** cotidiano de trabalho de mães sociais que residem em casas
lares.

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Psicologia Social e Institucional da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Jussara Maria
Rosa Mendes

PORTO ALEGRE

2020

Franciéli Katiúça Teixeira da Cruz Severo

“É ISSO, EU TAVA MESMO DIZENDO EU MORO AQUI E FAÇO VISITA NA MINHA CASA”: cotidiano de trabalho de mães sociais que residem em casas lares.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em

Prof.a. Dra. Jussara Maria Rosa Mendes – Orientadora

Prof. Dr. Álvaro Roberto Crespo Merlo

Prof. Dra. Carmem Regina Giongo

Prof. Dra. Janine Kieling Monteiro

Dedico este trabalho aos educadores e educadoras sociais, que no desassossego do cotidiano entregam as suas vidas na esperança de transformarem aquelas que pelas suas passam.

AGRADECIMENTOS

Disse Guimarães Rosa, "**Quem elegeu a busca não pode recusar a travessia**", de fato este é o preço e a recompensa da busca: a travessia! Mas o que há na travessia? Quais suas vicissitudes? Quais seus encontros e desencontros? Quem e o que compõem a travessia?

Para mim, é travessia porque é chão, é lágrima, é atalho, são chegadas, partidas e estradas que se atravessam e unem.

A travessia por vezes é solidão, mas nunca, nunca é abandono. A travessia é choro de quem recebe colo. A travessia é rio que vai ao mar sem conhecer o percurso. A travessia é angústia, mas nunca, nunca deixa de ser coragem. A travessia é vazio, é afeto, é companhia. A travessia é o avesso, desassossego e saciação.

Meu mestrado, minha travessia! Travessia que jamais fiz só, travessia que fiz de mãos dadas, travessia composta por muitas mãos, abraços e palavras. Travessia de pontes.

Entre todos, entre tudo, minha travessia só foi possível por ter ao meu lado minha família. Minha família na travessia foi bússola, foi o princípio e o sentido. São eles, pai, mãe, mana (*in memoriam*) e meu marido Daniel, amo vocês.

Entre os encontros, agradeço à minha orientadora Jussara Mendes que sempre acreditou em mim e me acolheu com tanto carinho no NEST. Na travessia vocês foram esperança. Obrigada Jú, obrigada NEST!

Na travessia, estava a Carmem Giongo, trago um carinho especial por ela, que em minha travessia foi um trevo de quatro folhas. Foi sempre, mesmo que de longe, a luz que havia nos túneis. Sou eternamente grata.

Na travessia descobertas, correções e motivações, nesta seara estavam os professores Álvaro e Janine que acreditaram na minha pesquisa e com carinho me encheram de esperança. Doutores muito obrigada!

Na travessia dos desconsolos, a Carol Nunes foi meu afago. Caroline, minha amiga e preciosidade do mestrado, na travessia tu foste força! Obrigada por cada palavra, obrigada por estar aqui sempre e sempre.

A travessia transcende... Na transcendência minhas amigas, Gabriela Marques e Fernanda Lotterman que na travessia foram equilíbrio. Com vocês foi possível, obrigada!

A travessia e seus refúgios... No refúgio o porto quando as ondas se agitavam. Meu porto seguro, meus amigos John, Malena, Camila, Matheus, Rochele e Duda. Meu refúgio de alegrias, Rebeca e meus afilhados Arthur e Cecí, amo vocês!

Obrigada e obrigada!

Eis a minha busca e minha composição! Meu mestrado, minha travessia!

Minha travessia, meu empenho, minha conquista e minha singela gratidão!

LISTA DE SIGLAS

CNA	Cadastro Nacional de Adoção
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FENABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
NEST	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Saúde e Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PDT	Psicodinâmica do Trabalho
SAM	Serviço Nacional de Assistência aos Menores
SDS	Secretaria de Desenvolvimento Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Compromisso para Utilização de Dados
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

Em vista da política neoliberal, vive-se cada dia mais a presença do Estado incipiente e a transferência das responsabilidades das políticas sociais para o setor privado por meio do Terceiro Setor. O Terceiro Setor (ou instituições privadas) acabam sendo as principais instituições a executarem as políticas socioassistenciais no Brasil. Entre os trabalhadores da assistência social encontram-se os educadores residentes (pais sociais) do serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes da modalidade casa lar. A modalidade casa lar destaca-se por ser um Serviço de Acolhimento provisório no qual pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador, residindo em seu local de trabalho. Diante disso, o objetivo deste estudo é dar visibilidade ao cotidiano de trabalho de educadores residentes em casas lares, identificando os efeitos na saúde e nos modos de vida desses trabalhadores. Trata-se de um estudo com delineamento qualitativo exploratório-descritivo. Participaram desta pesquisa seis educadoras residentes, com média de idade 39,5 anos, de seis casas lares diferentes situadas em um município da região metropolitana de Porto Alegre. Como instrumento de pesquisa foi utilizado um questionário bio-sociodemográfico e a entrevista narrativa individual (GIL, 1999). Os dados coletados por meio dos questionários bio-sociodemográficos e das entrevistas individuais (gravadas e transcritas) foram analisados através da metodologia de Análise Temática (MINAYO, 2001). Como resultado deste estudo foram descritos o cotidiano e a organização do trabalho das educadoras residentes. Refletiu-se sobre a negação do trabalho enquanto ideologia defensiva, bem como sobre o trabalho dos pais sociais na perspectiva do voluntariado. Além disso, foi descrito sobre as formas de reconhecimento e a cooperação no trabalho das mães sociais como fator de saúde. Contudo ressalta-se sobre a necessidade de atentar para os efeitos na saúde e a importância das pesquisas e espaços coletivos de discussão para a saúde destes trabalhadores.

Palavras-Chaves: Educador Residente. Casas Lares. Saúde do Trabalhador.

ABSTRACT

In view of the neoliberal policy, the incipient State is increasingly being seen and the responsibilities of social policies are transferred to the private sector through the Third Sector. The Third Sector (or private institutions) ends up being the main institutions to implement social assistance policies in Brazil. Among the social assistance workers, there are resident educators (social parents) from the institutional shelter service for children and adolescents in the Home-based modality. The Home-Home modality stands out for being a provisional Reception Service in which at least one person or couple works as an educator who resides in their workplace. Therefore, the objective of this study is to give visibility to the daily work of educators living in nursing homes, identifying the effects on the health and on the ways of life of these workers. This is a study with an exploratory-descriptive qualitative design. 06 resident educators, with an average age of 39.5 years, participated in 06 different homes located in a municipality in the metropolitan region of Porto Alegre. As a research instrument, a biosociodemographic questionnaire and an individual narrative interview were used (GIL, 1999). The data collected through biosociodemographic questionnaires and individual interviews (recorded and transcribed), were analyzed using the Thematic Analysis methodology (MINAYO, 2001). As a result of this study, it was described about the daily life and work organization of resident educators. It reflected on the denial of work as a defensive ideology, as well as on the work of social parents from the perspective of volunteering. In addition, it was described about the forms of recognition and cooperation in the work of social mothers as a health factor. However, it is emphasized the need to pay attention to the effects that work in homes has on the health of resident educators and the importance of research and collective discussion spaces for the health of these workers.

Keywords: Resident Educator. Home Homes. Worker Health.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Orientações sobre o Educador/cuidador	32
Quadro 2 - Orientações sobre o Educador/cuidador residente	33
Quadro 3 - Total de pessoas que residem em cada casa lar	40
Quadro 4 - Perfil das educadoras residentes entrevistadas.....	41

SUMÁRIO

1	AFETOS E AFETAÇÕES: DE ONDE PARTO E POR QUÊ	12
2	INTRODUÇÃO	14
3	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	17
3.1	O TRABALHO E O CAPITAL.....	17
3.1.1	A terceirização e o terceiro setor fusões possíveis.....	21
3.1.2	Saúde e trabalho	24
3.2	DESENLACES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.....	28
3.3	EDUCADORES RESIDENTES.....	34
4	MÉTODO	38
4.1	DELINEAMENTO.....	38
4.2	PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	38
4.3	LOCAL E OS PARTICIPANTES	39
4.4	INSTRUMENTOS	41
4.4.1	Questionário Bio-sociodemográfico	41
4.4.2	Entrevista Individual.....	41
4.4.3	Pesquisar na Pandemia: alterando instrumentos planejados	42
4.5	ASPECTOS ÉTICOS	43
4.6	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	44
5	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	46
5.1	“NA MINHA CASA EU VOU DUAS VEZES AO MÊS, OU UMA VEZ AO MÊS ÀS VEZES, NÉ ENTÃO A MINHA CASA ‘TÁ JOGADA ÀS TRAÇAS’ PRATICAMENTE NÉ”: SOBRE O COTIDIANO E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DAS EDUCADORAS RESIDENTES	46
5.2	“PARA MIM É COMO SE EU TIVESSE COM MEUS FILHOS”: A NEGAÇÃO DO TRABALHO ENQUANTO IDEOLOGIA DEFENSIVA	50
5.3	“ELE FAZ COMO UM PAI FARIA NA CASA DELE”: DO VOLUNTARIADO À SERVIDÃO VOLUNTÁRIA.....	54
5.4	“ACHO QUE SÃO DUAS PALAVRINHAS-CHAVE: CHAMADO E AMOR”. SOBRE O SENTIDO NO TRABALHO DE EDUCADORES RESIDENTES ..	58

5.5	“ENTÃO É ISSO, NÉ! ALGUMA MARQUINHA, ALGUMA COISA A GENTE DEIXA NELES”: DO SENTIDO AO RECONHECIMENTO NO TRABALHO DE EDUCADORAS RESIDENTES.....	62
5.6	“EXISTE MUITA SINCERIDADE ENTRE NÓS AS MÃES”: A COOPERAÇÃO ENTRE AS EDUCADORAS RESIDENTES COMO FATOR DE SAÚDE NO TRABALHO.....	66
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
	REFERÊNCIAS	73
	APÊNDICES.....	84
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO BIOSÓCIODEMOGRÁFICO	85
	APÊNDICE B – ENTREVISTA INDIVIDUAL.....	86
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	88
	APÊNDICE D – DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE....	91

1 AFETOS E AFETAÇÕES: DE ONDE PARTO E POR QUÊ

Veja que pingo de sol no couro de um lagarto é para nós mais importante do que o sol inteiro no corpo do mar. Falou mais: que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balança nem com barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós (BARROS, 2014, p. 152).

- Eu tenho muitos filhos, já tive vários, alguns passam rápido demais, outros ficam por mais tempo. A gente sempre sofre quando eles vão embora, mas fazer o quê, é o melhor para eles. Esse é o nosso trabalho, né?

Essa fala foi de uma trabalhadora de um serviço de alta complexidade do SUAS, de uma educadora residente do serviço de acolhimento institucional da modalidade casa lar, foi a fala de uma mãe social, cujos referidos filhos são crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva judicial.

Por concordar com Manoel de Barros sobre a importância das coisas, introduzo explicando que essa fala me produziu espanto e encantamento.

Ouvi essa fala enquanto ainda me apropriava do meu fazer como psicóloga no serviço de acolhimento institucional. Ouvi atentamente a essa mãe social, durante um encontro em uma reunião. Eu, uma estrangeira, que entre iniciais leituras sobre as resoluções, legislações, políticas de Assistência Social e incipientes conhecimentos sobre a saúde do trabalhador tentava materializar uma profissão em que o expediente não se encerra e em que a maternagem ou a paternagem são atribuições e produto do trabalho.

Ainda na tentativa de registrar essa profissão em minha compreensão sobre como ela se concretiza enquanto trabalho, suponho, pela minha recém-chegada em um abrigo (que possui composição diferente da casa lar), que ela ocorra dentro de uma casa, como se fosse uma grande família, os imagino sentados na sala, brincando pelo pátio ou mediando brigas. Imagino os pais sociais auxiliando no tema de algumas crianças, vestindo as roupas nos menores, preparando o jantar, guardando e lavando louças, consolando o adolescente que estava triste e organizando a rotina do outro dia. Tudo ao mesmo tempo, o tempo todo.

Imagino os pais sociais criando estratégia para resolver aquilo que não está no contrato de trabalho. Imagino uma grande família transitória, que possui integrantes com histórias, idades e necessidades diferentes, filhos que vão e que vêm conforme os prazos judiciais, sendo o local de trabalho uma casa que não é

deles, com usuários que não são os seus familiares. Tudo ao mesmo tempo, o tempo todo.

Não obstante meus encantamentos diante da fala que abordei recentemente, sou informada em meu local de trabalho sobre o encerramento de um abrigo para a abertura de duas casas lares. Substituíam-se uma casa com 20 crianças, 12 educadores, um auxiliar administrativo, duas cozinheiras e duas auxiliares de limpeza, por duas casas com dez crianças, dois educadores residentes (pai e mãe social) e um educador auxiliar em cada casa.

Durante a transição do abrigo para as casas lares acompanho os trabalhadores do abrigo angustiados com a possibilidade real do desemprego. As crianças e adolescentes, alguns recém vinculados e adaptados ao abrigo que residiam, me trouxeram entre uma fala e outra, o seguinte:

- Eu não quero ter uma mãe social, eu já tenho uma mãe de verdade e ela vai me buscar daqui ela já foi falar com o juiz. Eu quero ficar aqui, porque vocês não vão proteger mais nós, por que temos que sair daqui?

Trago apenas recortes, pedaços de cenas que para mim não se encerraram naqueles momentos, nem naquele dia. Eu trouxe pequenos trechos do que vem, desde então, provocando minhas inquietações. Nesta contínua tentativa de compreender um pouco mais da profissão pai e mãe social e também devido às circunstâncias ocorridas em meu trabalho, acabei me aproximando de uma casa lar. Não me aproximei o suficiente para cessar minhas angústias, mas o bastante para me revelar um problema de pesquisa.

Diante disso, me proponho por meio desse estudo uma aproximação desta profissão que naqueles que se permitem refletir sobre, provoca demasiados questionamentos. Proponho-me com esses profissionais compreender como se configura esse trabalho e com isso provocar reflexões, já que para mim se trata de uma tênue profissão. Assim, através do atravessamento meu olhar pouco neutro eu descrevo tênue, pois se refere a uma profissão em que se confundem vida privada, social, familiar com trabalho, se alude a profissionais que embelezados pelo discurso de benevolência corporificam de maneira meticulosa aquilo que o neoliberalismo faz com cada um de nós: a captura da própria vida.

2 INTRODUÇÃO

O trabalho é uma atividade central na história humana, desde o que se refere aos processos de sociabilidade até mesmo a emancipação dos indivíduos (ANTUNES, 2015). Todavia o trabalho não permaneceu imutável, o trabalho vem sofrendo constantes transformações, principalmente pelo capitalismo e seus atravessamentos neoliberais, tornando o trabalho mais complexo e precário. Neste cenário do governo neoliberalista se flexibilizam as empresas, o trabalhador, verifica-se o crescente desemprego e as formas precárias de relações de trabalho (MONTAÑO, 2002; MERLO; LAPIS, 2007).

Em vista da política neoliberal, vive-se cada dia mais a presença do Estado incipiente e a transferência das responsabilidades das políticas sociais para o setor privado por meio do Terceiro Setor. (UJIE; NATALI; MACHADO, 2009). O Terceiro Setor ou instituições privadas acabam sendo as principais instituições a executarem as políticas socioassistenciais no Brasil, possuindo como características práticas de caridade e filantropia, sendo exercidas por voluntários, instituições religiosas e laicas e conforme seus interesses (PAULA, 2014).

O trabalho na assistência social não se distingue da lógica estabelecida para o trabalho no capitalismo contemporâneo, a partir do modelo neoliberal e globalizado da economia e consequentes terceirizações ou privatizações. Alguns dos impactos observados no âmbito da assistência social se referem a uma condição instável de trabalho gerada pelas terceirizações, sobrecarga de trabalho e escassez de recursos humanos e físicos para realização das atividades (PEREIRA; FREITAS; DIAS, 2016; BASSOLI 2017).

Os autores Pereira, Freitas e Dias (2016), ao discutirem sobre a violação de direitos que os trabalhadores no SUAS enfrentam, bem como as contradições vivências por esses trabalhadores que ao mesmo tempo que são violados, são incumbidos de garantir os direitos aos usuários. Entre as situações compreendidas como violações vivenciadas pelos trabalhadores, os autores destacam a banalização das desigualdades em virtude das terceirizações, como as diferenças salariais dos terceirizados, a fragilidade dos vínculos empregatícios e a falta de planos de carreira (PEREIRA; FREITAS; DIAS, 2016).

Entre os trabalhadores da assistência social encontram-se os educadores residentes do serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes da

modalidade casa lar. A modalidade casa lar destaca-se por ser um Serviço de Acolhimento provisório no qual pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador residente. O educador residente realiza os cuidados de até dez crianças e adolescentes de 0 a 18 anos afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva (BRASIL, 2009). Esses profissionais também nomeados pelas instituições que os contratam de 'pais sociais', possuem entre as atribuições da sua função a necessidade de residirem em seu local de trabalho.

Alguns estudos apontam a urgência em se refletir sobre o trabalho de educadores residentes visto que, os chamados pais sociais se tornam referência afetiva constante. Além disso, os pais sociais realizam um acompanhamento diário das crianças e adolescentes acolhidos, sendo um trabalho que se assemelha às funções parentais, porém ao mesmo tempo devem manter postura e visão técnicas (TOMÁS, 2010; TOMÁS; VECTORE, 2012; BASSOLI, 2017). Diante disso, Medeiros e Martins (2018) mencionam que além da importância de se ter atenção aos vínculos e rupturas vivenciados pelas crianças e adolescentes acolhidos, é imprescindível olhar para os vínculos estabelecidos pelos próprios cuidadores, "de seu exercício profissional e os significados atribuídos às relações que derivam de seu fazer profissional e as implicações que terão para suas práticas posteriores" (MEDEIROS; MARTINS, 2018, p. 85).

Segundo o relatório emitido pelo Cadastro Nacional de Adoção, atualmente existem 9079 crianças acolhidas no país sendo 1.459 no estado do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2019). É comum que os trabalhos que versam sobre este tema abordem, de alguma maneira, as condições, vivências de crianças e adolescentes institucionalizados. Entretanto, poucos são os trabalhos que estendem essa situação aos profissionais do acolhimento institucional, especificamente dos cuidadores residentes de casas lares (MEDEIROS; MARTINS, 2018).

Destarte, o objetivo geral deste estudo é dar visibilidade ao cotidiano de trabalho de educadores residentes em casas lares, identificando os efeitos na saúde e nos modos de vida destes trabalhadores. Como objetivos específicos cabe ao estudo conhecer a organização do trabalho de educadores residentes em casas lares, compreender quais os efeitos de residir no local de trabalho na saúde e nos modos de vida de educadores residentes em casas lares e identificar quais as formas de reconhecimento no trabalho de educadores residentes em casas lares.

Metodologicamente trata-se de uma pesquisa de delineamento qualitativo exploratório-descritivo. Em primeiro momento foi contatada a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município para autorização da pesquisa e posteriormente as duas empresas que gerenciam as casas lares foram contatadas também. Participaram desta pesquisa seis educadoras residentes, com média de idade 39,5 anos, de seis casas lares diferentes situadas em um município da região metropolitana de Porto Alegre. Como instrumento de pesquisa foi utilizado um questionário bio-sociodemográfico e a entrevista narrativa individual (GIL, 1999).

Em decorrência dos protocolos de isolamento social, em virtude da pandemia COVID-19, este estudo passou por algumas alterações metodológicas não sendo possível a utilização de dois instrumentos previstos no projeto de pesquisa, sendo eles a observação participante e o diário de campo utilizando-se, apenas, o questionário e a entrevista referidos acima.

Ademais, esse estudo foi submetido ao Conselho de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, conforme parágrafo 2º do art. 1º da Resolução CNS Nº510/2016 e a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde que define as diretrizes e as normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. O estudo foi aprovado sob o número do parecer: 3.918.601. Os dados coletados por meio dos questionários bio-sociodemográficos e das entrevistas individuais (gravadas e transcritas), foram analisados por meio da metodologia de Análise Temática (MINAYO, 2001), sendo a discussão dividida em seis eixos temáticos. Por conseguinte, será apresentada a revisão bibliográfica, seguida pela metodologia utilizada, a apresentação e a discussão dos resultados dividida em eixos e, por fim, as considerações finais.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 O TRABALHO E O CAPITAL

O trabalho não é apenas uma atividade ele é também uma forma de relação social o que significa que ele se desdobra em um mundo humano caracterizado por relações de desigualdade, de poder e de dominação (DEJOURS, 2004, p. 31).

O trabalho desempenha função fundamental na construção de espaços públicos coletivos de convivência dos indivíduos (MERLO, 1999; MENDES, 2007). Para os autores, o trabalho é o principal responsável pela construção e constituição das relações das pessoas no meio social. Apesar do passar dos anos o “trabalho permanece como referência dominante não somente economicamente, mas também psicologicamente culturalmente e simbolicamente” na vida das pessoas (CASTEL, 2005, p. 514).

Destarte, Castilho (2010) afirma que o trabalho é o meio que os seres humanos possuem para garantir suas necessidades materiais, pessoais, desenvolver relações profissionais e sociais, realizar-se profissionalmente. Apesar de o trabalho permanecer possuindo centralidade na vida dos indivíduos, ele não se manteve estável, pelo contrário, nos países de capitalismo avançado o trabalho vem presenciando profundas transformações, conforme Antunes menciona:

[...] podemos dizer que, por um lado, o trabalho é uma atividade central na história humana, em seu processo de sociabilidade e mesmo para sua emancipação. Por outro, com advento do capitalismo, houve uma transformação essencial, que alterou e tornou complexo o trabalho humano. A desconsideração dessa dupla dimensão, presente no mundo do trabalho, permitiu que muitos autores, equivocadamente, defendessem o fim da atividade laborativa, o fim do trabalho. (ANTUNES, 2015, p. 9).

Segundo Antunes (2015) as mudanças no mundo do trabalho se acentuaram na década de 1980, para o autor a “classe-que-vive-do-trabalho” sofreu a mais aguda crise do século, que repercutiu não só na materialidade, como também na subjetividade, afetando sua própria forma de ser. Entre as mudanças e transformações ocorridas nos anos 1980, destaca-se que a década foi marcada por um salto tecnológico, desenvolvimento da automação, da robótica e da microeletrônica no universo fabril, alterando as relações de trabalho e de produção de capital (ANTUNES, 2015). Neste sentido, as autoras Wünsch e Mendes (2011)

afirmam que o processo de reestruturação produtiva ocasionado pelo capitalismo e atravessamentos neoliberais, contribuiu para as diversas e crescentes formas de precarização do trabalho.

A reestruturação produtiva iniciou-se nos países industrializados, nos anos 70, instalando-se em países de economia periférica como o Brasil no final dos anos 80 e início dos anos 90, após a crise do fordismo (NARDI, 2006). Segundo Nardi, “a reestruturação produtiva pode ser definida como a transformação do modelo de acumulação taylorista-fordista no contexto do estado-nação para a acumulação flexível no contexto da globalização” (NARDI, 2006, p. 55). Desta forma, a reestruturação produtiva se estabelece em conjunto e dependente da intensificação da globalização, necessitando da redistribuição e divisão internacional do trabalho.

Merlo e Lápiz (2007) menciona que o taylorismo, também chamado de administração científica do trabalho, trouxe uma nova cultura do trabalho tornando relevante o conhecimento científico, essencial para o desenvolvimento das indústrias químicas, elétricas e metalúrgicas. O taylorismo desenvolveu procedimentos sistemáticos e uniformes de trabalho, eliminando movimentos desnecessários e ineficientes dos trabalhadores pelos movimentos certos e mais rápidos, a partir disso o trabalho pode ser decomposto e cada tarefa passou a corresponder a um posto de trabalho (MERLO; LAPIS, 2007). Todavia, segundo Heloani (2002) no taylorismo, o posto de trabalho não deveria ser ocupado por qualquer trabalhador, consolidando formas de seleção individualizada que objetivam selecionar o trabalhador mais adequado à função. Concomitante a isso, realiza-se estímulos de desenvolvimento individual através de incentivos salariais tendo em vista a elevação da produtividade (HELOANI, 2002).

Nesse sentido, o fordismo visou atender às necessidades de um mercado com demanda crescente, se caracterizou pela produção em série e de massa, através da esteira rolante criada por Henry Ford, eliminando do processo industrial a competência artesanal (BARBARA, 1999). O modelo fordista está associado aos aumentos salariais como estímulos de consumo na tentativa de convencer o trabalhador a submeter-se ao ritmo acelerado de trabalho de forma que o prazer da vida se daria pós-trabalho (MERLO; LAPIS, 2007).

Ao contrário do fordismo, o *toyotismo* é conduzido diretamente pela demanda, a produção se torna variada, diversa e pronta para suprir o consumo. No *toyotismo*, a produção sustenta-se na existência de estoque mínimo, sendo

necessário um melhor aproveitamento de tempo e de produção no que se refere desde o transporte, o controle de qualidade até o estoque do produto (ANTUNES, 2015). Neste sentido, Nardi (2006) afirma que os modelos de acumulação também impuseram um modo de subjetivação disciplinar dos trabalhadores voltando-os a um código moral e comportamental de organização de trabalho que se estende desde a fábrica e sindicato até a família, a escola e a forma particular de urbanização dos bairros.

Esse modelo neoliberalista da acumulação flexível acarreta profundas modificações no mundo do trabalho, entre elas um enorme desemprego e um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, voltados para a produção de mercadorias e para a valorização do capital (COSTA, 2006). Evidenciam-se constantemente mudanças associadas ao estabelecimento de relações informais de trabalho, à falta de acesso aos meios de proteção social e à precarização do trabalho, que têm sido consideradas uma fonte indiscutível de desgaste e adoecimento do trabalhador (SCOPINHO, 2003; SILVA et al., 2005).

Antunes (2015) complementa que no capitalismo contemporâneo o mundo do trabalho passa por uma múltipla processualidade, sendo de um lado uma diminuição da classe operária industrial tradicional e, por outro lado, a efetiva expansão do trabalho assalariado. O autor afirma que com a heterogeneização do trabalho por meio da incorporação do trabalho feminino no mundo operário e a subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado e “terceirizado”. Além disso, o mais brutal resultado dessas transformações é a expansão do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global (ANTUNES, 2015).

Além disso, a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível tem acarretado, entre outros aspectos, uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias destruindo o meio ambiente em escala globalizada (ANTUNES, 2015, p. 213). Diante disso, cabe ressaltar que as variáveis *homem*, *natureza* e *trabalho*, sempre estiveram relacionadas. Para Marx, o trabalho poder ser definido como um processo entre o homem e a natureza em que o seu metabolismo é controlado e regulado conforme sua própria ação (MARX, 2013). O autor afirma que o homem se apropria da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais da sua

corporeidade (MARX, 2013, p. 255). Assim, quando o homem exerce atividade criativa, livre e consciente ele transforma a si e o mundo ao seu redor.

Ademais, Antunes (2013) descreve que no processo de trabalho, somente o tempo socialmente necessário de transformação de matéria-prima em mercadoria deve ser contabilizado como formador de valor. Portanto, segundo Antunes, o valor diário pago pela força de trabalho considera o tanto de trabalho presente necessário para produzir a mercadoria, não correspondendo exatamente à força de trabalho que esse trabalhador irá desempenhar diariamente. Assim, o valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são duas grandezas distintas, tornando atrativa a compra da força de trabalho.

Entretanto, nesse cenário capitalista, o trabalhador ocupa o lugar de quem vende a força e o seu potencial de trabalho para sobreviver, assim "o trabalho não cria apenas objetos; ele também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e, apenas deveras, na mesma proporção em que produz bens" (MARX, 2004, p. 80). Desta forma, no capitalismo, o trabalho produtivo é o que produz valores-de-uso, ou seja, o trabalhador precisa alimentar o capital (e o capitalista). Com isso o autor menciona que o trabalho deixa de ser uma relação entre o ser humano e a natureza para tornar-se uma relação social entre trabalhadores que contribuem para a expansão do capital (MARX, 2011).

Dessa maneira, comprando a força de trabalho, o capitalismo se apropria do produto gerado pelo trabalhador, buscando evitar desperdícios e gastos excessivos de maneira que ele ocorra o mais produtivo possível (RIBEIRO, 2015). Conforme mencionam os autores Merlo e Lápiz (2007, p. 61) "o trabalhador, que, até então, detinha um significativo conhecimento sobre o conteúdo do seu trabalho, passou, gradualmente, a ter expropriado seu saber-fazer, ao mesmo tempo em que se aprofundou a divisão do trabalho". Assim, segundo Codo (2007, p. 179) "uma atividade só se transforma em trabalho quando se converte em produto para o outro, qualquer outra pessoa". Por fim, conforme menciona Ribeiro (2015) ao mercantilizar a vida humana, a atividade dos indivíduos torna-se ocultada da sua própria consciência, com isso, as relações entre os homens transformam-se em relação entre coisas, produtos alheios em sua essência.

3.1.1 A terceirização e o terceiro setor, fusões possíveis.

No paradigma do governo neoliberalista ao mesmo tempo em que se flexibilizam as empresas, o trabalhador, a produção, os produtos, os mercados e os padrões de consumo, crescem o desemprego e formas precárias de relações de trabalho (MONTAÑO, 2002; MERLO; LAPIS, 2007). O ideário neoliberalista concebe como solução parcial da crise capitalista a reconstituição do mercado e a redução (ou eliminação) da intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades (MONTAÑO, 2002). Na seara da redução da intervenção social do Estado, o mercado é considerado o grande regulador da sociedade junto à desestruturação do Estado de Bem-Estar Social a partir das privatizações de empresas estatais, do enfraquecimento das políticas públicas e da consolidação do Estado Mínimo (MERLO; LAPIS, 2007).

O neoliberalismo é um projeto global, dirigido pelo capital financeiro internacional, buscando dar fim ao chamado Estado de Bem-Estar este passou a operacionalizar seu programa com a ajuda de alguns líderes políticos de vários países. Estas lideranças começaram a propor em seus planos de governos (baseados em documentos e acordos com organismos internacionais – FMI, BIRD, etc.) mudanças na estrutura produtiva e política da sociedade, tais como a privatização de empresas estatais e serviços públicos e a desregulamentação das leis trabalhistas. (ANDRADE, 2013, p. 51).

Na consolidação do Estado Mínimo, o Estado se desresponsabiliza da sua intervenção na resposta às sequelas da questão social e no cerne deste novo tratado, as políticas sociais estatais alteram-se de forma significativa sendo “privatizadas e transferidas ao mercado (quando lucrativas) e à “sociedade civil” ou “terceiro setor” (quando deficitárias), que vende ou fornece “gratuitamente” os serviços sociais” (MONTAÑO, 2002, p. 3).

Por conseguinte, desde a década de 90 até a atualidade, sejam nos Governos federal, estaduais ou municipais verificamos o repasse das responsabilidades na execução direta de atividades sociais principalmente para entidades do chamado “terceiro setor” (VIOLIN, 2009). Segundo o autor, esse repasse de execução direta de atividades sociais será denominado terceirização. A terceirização ocorre quando a Administração Pública firma um acordo de vontade por meio de contratos administrativos, convênios, contratos de gestão, termos de

parceria com terceiros para que estes exerçam as atividades para o Poder Público (VIOLIN, 2009).

A emergência do terceiro setor representa uma mudança de orientação profunda e inédita no Brasil no que diz respeito ao papel do Estado e do Mercado afirmando a participação do cidadão na esfera pública, levando a ampliação do conceito de público como não exclusivamente sinônimo de estatal: “público não-estatal” (FALCONER, 1999). Terceiro setor refere-se “à ação social das empresas, ao trabalho voluntário de cidadãos, às organizações do poder público privatizadas na forma de fundações e ‘organizações sociais’” (FALCONER, 1999, p. 3). Neste sentido, o terceiro setor caracteriza-se fundamentalmente como um conjunto de iniciativas provenientes da sociedade, voltada à produção de bens públicos, bem como a conscientização da cidadania, prevenção de doenças transmissíveis ou a organização de ligas esportivas (FERNANDES, 1994).

As ONGs (Organização Não Governamental) fazem parte do chamado Terceiro Setor, que surgiu, dentre outros motivos, pela tentativa de reduzir as desigualdades sociais emergentes do ápice do desenvolvimento neoliberalista no Brasil. Segundo Souza (2006), o universo do "terceiro setor" é extremamente heterogêneo, pois se refere a qualquer organização privada sem fins lucrativos, de diferentes segmentos e grupos sociais. Desde meados dos anos 70, se evidencia no Brasil exemplos tradicionais do terceiro Setor como as Santas Casas de Misericórdias e as obras sociais (FALCONER, 1999). Apesar disso, atualmente dispõe-se de uma nova forma de olhar para estas instituições, as remetendo como um setor que propõe a igualdade em relação ao Estado e ao Mercado (FALCONER, 1999). O autor Montaña (2002) destaca que

[...] a ONG, outrora concebida para ficar ao lado e apoiar o movimento social, passa agora a ser o ator principal nesta relação. De coadjuvante do movimento social, a ONG passa a ocupar o lugar deste. (MONTAÑO, 2006, p. 271).

[...]

A estratégia neoliberal tende, sobretudo, a instrumentalizar um conjunto de valores, práticas, sujeitos, instâncias: o chamado “terceiro setor”, os valores altruístas de “solidariedade individual” e do “voluntarismo” e as instituições e organizações que em torno deles se movimentam. O capital luta por instrumentalizar a sociedade civil – torná-la dócil, desestruturada, desmobilizada, amigável. O debate sobre o “terceiro setor”, como ideologia, transforma a sociedade civil em meio para o projeto neoliberal desenvolver sua estratégia de reestruturação do capital [...]. (MONTAÑO, 2002, p. 6).

Destarte, o termo Terceiro Setor surgiu na década de 90, com o discurso de humanizar o capitalismo, a partir da renovação do espaço público, do resgate da solidariedade e cidadania, bem como da superação da pobreza. Pretendia-se realizar esta promessa “através de atos simples e fórmulas antigas, como o voluntariado e a filantropia revestidas de uma roupagem mais empresarial” (FALCONER, 1999, p. 57). Desde então, vem se produzindo discursos em torno do terceiro setor no Brasil, referenciando-o como o legitimador de iniciativas particulares na solução dos problemas sociais, apresentando-se como uma boa “alternativa à ineficiência e burocracia estatais (o primeiro setor) e aos objetivos de lucro do mercado (o segundo setor)” (SOUZA, 2006, p. 114).

A partir da década de 90 o número de ONGs multiplicou-se no Brasil, através da ressemantização das antigas e pela criação de novas organizações (SOUZA, 2006). Segundo a autora, atualmente, existem desde ONGs que se confundem com movimentos sociais e até aquelas que não mantêm nenhum tipo de relação com elas, diversificando do objetivo inicial de "assessoria" e "apoio" para a prestação direta de serviços (SOUZA, 2006).

O Estado passou a dividir a sua responsabilidade com a sociedade civil, legitimando o papel do Estado “não mais como produtor de muitas ações, mas, principalmente, como gestor e repassador de recursos” (GOHN, 2008, p. 35). Desde então, as entidades sociais privadas passaram a ser reconhecidas publicamente e legitimadas “por meio da aprovação de das Leis do Voluntariado, da Filantropia, das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OCIPS) e das Organizações Sociais (OSs)” (PAULA, 2014, p. 42).

No contexto da assistência social brasileira, o terceiro setor (ou instituições privadas) são as principais instituições que executam as políticas sociais assistenciais. Segundo Paula (2014), as instituições privadas permeiam a assistência social desde os primórdios da profissão possuindo, inicialmente, práticas de caridade e filantropia, sendo exercidas por voluntários, instituições religiosas e laicas, conforme seus interesses.

Diante do cenário atual do papel do terceiro setor brasileiro, Falconer (1999), em seu estudo intitulado “A Promessa do Terceiro Setor: um estudo sobre a construção do papel das Organizações Sem fins Lucrativos e de seu campo de gestão” discute sobre a fragilidade e os desafios que o terceiro setor enfrenta para desempenhar satisfatoriamente as incumbências que lhes são impostas. O autor

afirma que entre os óbices no desempenho destas atividades verifica-se a dependência e a escassez de recursos financeiros governamentais e de agências internacionais, as dificuldades no relacionamento com o Estado e as limitações organizacionais como a falta de recursos humanos adequadamente capacitados (FALCONER, 1999).

Por conseguinte, de forma geral, as instituições que realizam a prestação de serviço na assistência social sofrem com os efeitos da precarização advindo da terceirização do setor público (PEREIRA; FREITAS; DIAS, 2016). Diante disso, nota-se que embora as instituições disponham de convênio com o poder público municipal, os mesmos enfrentam constantemente o desafio de se manter perante a escassez de recursos financeiros e frente às complexas e crescentes demandas dos usuários dos serviços (PAULA, 2014). Por fim, o exposto apresenta que a vicissitude contemplada nas últimas décadas, no que tange à execução das políticas públicas no Brasil transcorre em movimentos de avanços e retrocessos estando como centralidade o descaso e a remoção do Estado na execução das mesmas, manutenção e investimento das mesmas.

3.1.2 Saúde e trabalho

O trabalho é o modo de ser do homem, e como tal permeia todos os níveis de sua atividade, seus afetos, sua consciência, o que permite que os sintomas se escondam em todos os lugares: quem garante que o chute no cachorro ao retornar para casa não se deve a razões de ordem profissional? (CODD, 2006, p. 186).

A transformação da natureza por meio do trabalho do homem emergiu também em novas condições de sobrevivência e novas formas de ser e estar no mundo, bem como novas condições de adoecer e morrer (JACQUES, 2007). Nesse sentido Jacques (2007) menciona que se por um lado destaca-se o poder do homem de transformar a natureza, por outro, evidencia-se a necessidade de olhar para os limites humanos dos trabalhadores, visto a inevitabilidade de labuta para sobrevivência.

Olhar para os limites humanos dos trabalhadores refere-se, inicialmente, à reflexão de que “não temos dois corpos, um para o trabalho e outro para o fora do trabalho, é o mesmo corpo que enfrenta, experimenta, forma, se gasta em todas as situações da vida social” (SCHWARTZ, 1996, p. 152). A reestruturação produtiva e

as consequentes novas formas de organização do trabalho também refletem a epidemias de LER/Dort que são inerentes às pressões e a maior exploração da força de trabalho (SALIM, 2003, p. 21). Nesse sentido Lancman e Jardim (2004) corroboram mencionando que as atuais exigências do trabalho levam a um desgaste precoce tanto físico, quanto psíquico, pois para manter seu desempenho e produtividade o trabalhador acaba sobrecarregando seu organismo fiando vulnerável a quadros de adoecimentos.

As autoras Wünsch e Mendes (2011) complementam que a saúde e o trabalho estão permeados pelas grandes transformações societárias e suas contradições contemporâneas, viabilizadas em especial pelas novas tecnologias. O trabalho interfere diretamente nos processos de saúde e adoecimento, sobretudo pela compreensão de que não é possível deixar no portão de entrada da empresa as histórias pessoais, nem na saída retirar do corpo físico todas as vivências e significados impostos pelo dia de trabalho (OLIVEIRA, 2011, p. 79). O autor Nardi, destaca que “o trabalho é o suporte central da manutenção da vida e de significação do eu no coletivo. Somos capturados no olhar do outro, o qual transforma o nosso olhar” (NARDI, 2004, p. 47).

Neste sentido, compreendendo a importância do trabalho na vida das pessoas, bem como as suas determinantes no que se refere às condições de saúde das mesmas, cabe destacar que o processo de saúde-doença não pode ser analisado fora do contexto no qual ocorre e nem se pode excluir dele o sujeito que sofre (NARDI, 2004, p. 47). Assim, a Saúde do Trabalhador entende que só é possível compreender a relação saúde-trabalho ao considerar as múltiplas relações sociais dos homens, partindo referencialmente dos processos produtivos, aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos (BUTIERRES, 2015). Assim, o conceito de saúde referenciado aqui expressa também a compreensão social, conforme cita Thèbaud Mony (2000):

[...] a saúde é um processo dinâmico pelo qual o indivíduo se constrói e caminha, processo que a se inscreve no trabalho, nas condições de vida, nos acontecimentos, nas dores, no prazer, no sofrimento e em tudo o que constitui uma história individual na singularidade, mas também a história coletiva, pela influência das diversas lógicas nas quais a saúde se insere. (THÉBAUD MONY, 2000).

Ademais, historicamente o surgimento do campo da Saúde do Trabalhador, no Brasil foi marcado pelas lutas dos trabalhadores no fim dos anos 70, cujo marco foram algumas grandes greves operárias, apesar das grandes repressões das organizações de massa advindas da Ditadura Militar (FREDERICO, 1979a; FREDERICO, 1979b). Por conseguinte, em 1990 se aponta na legislação o conceito de Saúde do trabalhador com a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Conforme a Lei nº 8.080 Saúde do Trabalhador refere-se a “um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores” (BRASIL, 1990). Além disso, a legislação sobre a Saúde do Trabalhador visa a recuperação e a reabilitação da saúde dos trabalhadores que estejam submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho (BRASIL, 1990).

Este marco regulatório de 1990 é de extrema importância visto que “os agravos à saúde do trabalhador se desenvolvem histórica e socialmente decorrentes do crescimento econômico e da diversificação dos processos produtivos” (OLIVEIRA; MENDES, 2014, p. 4628). Constata-se na atualidade o surgimento e o crescimento de novas patologias relacionadas ao trabalho e persistência de acidentes atípicos (MENDES; WÜNSCH, 2007). Todavia, “entende que as múltiplas causas das doenças têm uma hierarquia entre si, não sendo neutras e iguais. Há, portanto, algumas causas que determinam outras” (MENDES, 2003, p. 65).

No vasto campo teórico adjacente à Saúde do Trabalhador se localizam estudos referente à Saúde Mental no Trabalho. Sobre a saúde mental no trabalho Dejours (2017) aponta que a relação subjetiva com o trabalho desempenha um papel primordial tanto na saúde, como nas descompensações psiquiátricas e psicossomáticas dos trabalhadores. A dimensão dos aspectos eminentes ao trabalho se estabelece quando se compreende que a relação com o trabalho se efetiva na relação com o outro, sendo que para realizar a sua contribuição o trabalhador necessita de uma profunda mobilização de recursos subjetivos (MERLO; BOTTEGA; PEREZ, 2014).

Conforme menciona Dejours (2008), em relação à saúde mental no trabalho ‘o essencial do que se busca avaliar escapa à observação direta’ (DEJOURS, 2008, p. 37), sendo necessário utilizar-se da clínica do trabalho para acessar as dimensões psíquicas e intelectuais do trabalho residem na vivência, ou seja,

experiência subjetiva a do trabalho. Deste modo o trabalho se encontra fundamentado na subjetividade e também se nutre dessa subjetividade e da corporeidade para conseguir executar soluções, artimanhas e memorizar as tarefas relacionadas ao trabalho (DEJOURS, 2008).

Desde 1980, Dejours traz suas colaborações ao mundo do trabalho a partir da teoria crítica denominada psicodinâmica do trabalho (PDT). A psicodinâmica do trabalho é buscar entender o trabalho como um sujeito marcado pelo seu poder de resistência, engajamento e busca pela transformação diante da violência simbólica que sofre no trabalho (DEJOURS, 2004). Desse modo a psicodinâmica do trabalho procura dar conta não somente do sofrimento no trabalho, como também das possibilidades de prazer no trabalho (DEJOURS, 2017). Esta abordagem, clínica dispõe de recursos que permitem a investigação e a ação no trabalho que permitem analisar e transformar a organização do trabalho (MENDES, 2007). Na psicodinâmica do trabalho a organização do trabalho

[...] exerce sobre o homem uma ação específica, cujo impacto é o aparelho psíquico. Em certas condições emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças e de desejos e uma organização do trabalho que os ignora. (DEJOURS, 1987, p. 64).

Além da organização do trabalho, as estratégias defensivas também compreendem um campo crítico de compreensão necessário na PDT, pois por não suportarem o sofrimento os trabalhadores acabam conseqüentemente o recurso das estratégias defensivas (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1990). Todavia, para os autores, as estratégias defensivas possibilitam a proteção do sofrimento e a manutenção do equilíbrio psíquico por meio do enfrentamento e das situações geram o sofrimento.

Por fim, pensar a relação entre trabalho, subjetividade e produção e saúde e/ou doença, consiste em analisar a organização de trabalho e quais sentidos e estratégias constroem para 'dar conta do trabalho'. Por fim, entende-se que o campo da Saúde do trabalhador é fundamental e emergente enquanto campo de estudos e política pública, a fim de garantir e afirmar a proteção e a promoção da saúde dos trabalhadores.

3.2 DESENLACES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Desde as civilizações mais antigas, como a greco-romana, o "abandono" de crianças esteve presente na sociedade (TOMÁS; VECTORE, 2012). Na Idade Média, com o aumento da população e de epidemias, o abandono infantil se intensificou (TOMÁS; VECTORE, 2012). Na época, algumas instituições de orientação religiosa difundiram as Rodas dos Expostos, que se espalhou por toda Europa chegando ao Brasil por intermédio da colonização Portuguesa (MARCÍLIO, 1998; VENÂNCIO, 1999; TOMÁS; VECTORE, 2012).

A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil tem repercussões importantes até os dias atuais. As autoras Rizzini e Rizzini (2004), após realizarem uma minuciosa análise de documentos sobre a institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, revelaram que nos séculos XIX e XX as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias que possuíam dificuldades de criá-las, eram direcionadas pelo Estado para instituições como se fossem órfãs ou abandonadas.

O caso do "abandono" era comum nos séculos passados, principalmente pela falta de legislação que garantisse os direitos das crianças (ÁRIES, 1973). Áries menciona que quando as crianças não eram assistidas por nenhuma instituição acabavam sendo acolhidas por outras famílias, sendo usualmente chamadas de "filhos de criação". Todavia, até o final da década de 1980, várias gerações passaram sua infância e adolescência internadas em instituições fechadas e permanentes que abrigavam um alto número de crianças em um mesmo ambiente. (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Assim, historicamente se reconhece enquanto trajetória do acolhimento de crianças no Brasil, desde a Roda dos Expostos (comum nos séculos XVIII e XIX), que recebiam os bebês indesejados e crianças abandonadas, até os internatos do Serviço Nacional de Assistência aos Menores (SAM) e da Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (Funabem), fundados ao longo do século XX. O Serviço Nacional de Assistência aos Menores (SAM), bem como a Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (Funabem), apesar de destinados aos meninos considerados "perigosos", "suspeitos" ou "infratores", também funcionavam como espaço de acolhimento para "menores" que não tinham famílias ou cujos pais não eram

considerados capazes de se responsabilizar por seus cuidados e condutas (FALEIROS; FALEIROS, 2007).

As instituições que abrigavam as crianças e adolescentes eram “denominadas de “internatos de menores” ou “orfanatos” e funcionavam nos moldes de asilos, embora as crianças, em sua quase totalidade, tivessem famílias” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p 14). O termo “internato de crianças” era utilizado para nomear todas as instituições que possuíam como características confinamentos provisórios ou permanentes de crianças e adolescentes que eram órfãos, carentes ou delinquentes (DINIZ; ASSIS; SOUZA, 2018).

No entanto, durante o processo de redemocratização do país essa cultura institucional de “internatos” que vigorava no país começa a ser questionada quanto a sua eficácia (DINIZ; ASSIS; SOUZA, 2018). No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, passa a ser “perceptível o grande número de seminários, publicações e discussões em torno de iniciativas que indicassem novos caminhos” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 46). Por conseguinte, as autoras destacam que a década de 80 foi marcada por calorosos debates e articulações por novas alternativas em relação às internações de crianças e adolescentes, o que resultou em importantes avanços, como a inclusão do artigo 227 sobre os direitos da criança na Constituição Federal de 1988 (RIZZINI; RIZZINI, 2004). Em 1990, foi evidenciada a necessidade de reformulação das formas de acolhimento institucional vigentes no país (LEMOS; GEHELE; ANDRADE, 2017), entre as discussões em torno da temática destaca-se como grande marco para o acolhimento de crianças e adolescentes a substituição do Código de Menores (1927,1979) para o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Apesar das resistências na alteração cultural de internatos e orfanatos, com o decreto do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, essas instituições foram coibidas e caíram em desuso, sendo substituídas pelos encaminhamentos para os serviços de acolhimento, concebidos como medida protetiva de caráter excepcional e provisório (art.101). A concepção de que as crianças e os adolescentes devem ser compreendidos como sujeitos de direito, conforme disposto no ECA, implicou em novos olhares para a institucionalização na infância e na adolescência.

Com vistas às novas regulamentações, a família passa a também ser responsável pela garantia e pela promoção da proteção integral dos filhos, sendo

assegurado o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, em família substituta (art. 19). Quando o próprio convívio familiar apresentar uma grave situação, risco à integridade física e/ou psíquica da criança ou adolescente, bem como, abandono, negligência, violência, impossibilidade de cuidado e proteção dos mesmos ou terem se esgotados os recursos para sua manutenção na família de origem, extensa ou comunidade, deve ocorrer o encaminhamento da criança e do adolescente aos serviços de acolhimento por meio de medida protetiva determinada judicialmente (BRASIL, 2009).

As principais causas do abrigamento atual de crianças e adolescentes são semelhantes ao que foi evidenciado em décadas passadas. As vulnerabilidades que acometem as crianças e os adolescentes no Brasil referem-se aos riscos inerentes aos problemas relacionados ao contexto familiar e as comunidades que residem (FONSECA; et al., 2013). Além de pertencerem a contextos familiares, muitas vezes permeados pelo alcoolismo, agressões e violência, ainda enfrentam péssimas condições em suas comunidades, morando em locais de risco que incluem a precariedade de serviços públicos, a falta de oferta de instituições de educação e lugares para lazer e as relações de vizinhança que transitam entre os pontos de tráfico de drogas. Assim, o contexto de vulnerabilidade em que os adolescentes se encontram torna propício à concretização de sistemáticas violações de direitos. Dentre as violações estão a dificuldade de acesso à saúde, o desmantelamento da educação, a falta de acesso às escolas, trabalho informal, falta de acesso à cultura, ao esporte e ao lazer.

Destaca-se que apesar de representar uma importante medida de proteção para os casos extremos de violação de direitos intrafamiliar (HABIGZANG; RAMOS; KOLLER, 2011), o acolhimento institucional deve ser uma medida provisória e excepcional, utilizável de forma temporária e/ou transitória. Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes integram os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, sejam eles de natureza pública estatal ou não-estatal (BRASIL, 2009). O SUAS propõe uma forma de gestão descentralizada e participativa, regula em todo o país as ações socioassistenciais, com o objetivo de que a assistência social seja caracterizada como uma política de cidadania pactuada pelo Estado por meio das esferas do governo e da sociedade civil (BRASIL, 2015).

Historicamente, o serviço de acolhimento institucional foi incluído no âmbito da Seguridade Social, a partir da Constituição de 1988, passando a responsabilizar a esfera social pública pela proteção de crianças e adolescentes. Em 1993 ocorre a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), seguida pela consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, que permitiu o advento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, inspirado na lógica de funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) (PEREIRA; FREITAS; DIAS, 2016).

O SUAS possui como principal objetivo implantar uma rede de proteção social estável e sustentável, organizando suas ações e serviço em dois níveis: a proteção social básica e a proteção social especial de média e alta complexidade (CAGNANI, 2016). As principais finalidades do SUAS são o enfrentamento à pobreza, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais. Destina-se, fundamentalmente, à população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da desigualdade social e da pobreza e que possui um restrito acesso aos serviços públicos (PEREIRA; FREITAS; DIAS, 2016).

O Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes que integram a alta complexidade do SUAS devem pautar-se nos seguintes pressupostos: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, na Política Nacional de Assistência Social, na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, da Norma Operacional Básica do SUAS, no Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças (BRASIL, 2009, p. 19).

Entre os pressupostos que o Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes deve pautar-se se destacam as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, que possui a finalidade de regulamentar a organização e a oferta desses serviços no âmbito da política da Assistência Social. Este marco regulatório define que o Serviço de Acolhimento Institucional poderá oferecer diferentes modalidades de serviço, sendo eles: o Abrigo Institucional, a Família Acolhedora, a República e a casa lar (BRASIL, 2009). Cabe a este momento do texto discorrer brevemente sobre os modelos de abrigo institucional e casa lar, por serem os serviços mais frequentes ao que se refere sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

O serviço de abrigo institucional deve ter aspecto semelhante a uma residência e estar inserido na comunidade em áreas residenciais, deve atender no máximo 20 crianças, de 0 a 18 anos. A equipe do abrigo institucional deverá ser composta por um coordenador, um psicólogo, um assistente social e um educador para até dez crianças ou adolescentes por turno (BRASIL, 2009). O quadro abaixo explana as orientações sobre o Educador do serviço de abrigo institucional:

Quadro 1 - Orientações sobre o Educador/cuidador

Educador/cuidador	
Perfil	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Formação Mínima: Nível médio e capacitação específica ▪ Desejável experiência em atendimento a crianças e adolescentes
Quantidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1 profissional para até 10 usuários, por turno⁸⁷ ▪ A quantidade⁸⁸ de profissionais deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde ou idade inferior a um ano. Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação: <ul style="list-style-type: none"> a) 1 cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas b) 1 cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas
Principais Atividades Desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção; ▪ Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente); ▪ Auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade; ▪ Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida; ▪ Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior deverá também participar deste acompanhamento; ▪ Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior.

Fonte: BRASIL (2019).

A modalidade casa lar trata-se do serviço que será abordado neste estudo e possui algumas especificidades e diferenciações do abrigo institucional. Em ambas as modalidades de serviço deverão ser evitados atendimentos exclusivos, tais como faixa etária, atendimento direcionado ou não atendimento para um determinado sexo, crianças e adolescentes com deficiência ou HIV/AIDS.

A equipe da casa lar é composta por um coordenador, pelos técnicos, sendo um psicólogo e um assistente social e pelos educadores residentes, com pelo menos uma pessoa ou casal que resida no local. O educador residente realiza os cuidados com o grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva, residindo em uma casa que não será a sua com até dez

crianças e adolescentes, de 0 a 18 anos. Destarte, a principal diferença entre o abrigo institucional e a casa lar, além do menor número de crianças e adolescentes atendidos, é a presença do educador residente.

Quadro 2 - Orientações sobre o Educador/cuidador residente

Educador/cuidador residente

Perfil	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Formação mínima: Nível médio e capacitação específica ▪ Desejável experiência em atendimento a crianças e adolescentes ▪ Trabalha e reside na casa-lar
Quantidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1 profissional para até 10 usuários. ▪ A quantidade de profissionais deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde ou idade inferior a um ano. Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação: <ul style="list-style-type: none"> a) 1 cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas; b) 1 cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas
Principais Atividades Desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Organização da rotina doméstica e do espaço residencial ▪ cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção; ▪ relação afetiva personalizada e individualizada com cada criança e/ou adolescente; ▪ organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente); ▪ auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade; ▪ organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida. ▪ acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social) deverá também participar deste acompanhamento; ▪ apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior

Fonte: BRASIL (2019).

Apesar dos avanços ocorridos no serviço de acolhimento institucional e familiar, bem como na política de atendimento à infância no país ainda há muitos desafios a serem enfrentados (ASSIS; FARIAS, 2013). Para os autores que organizaram o levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento, publicado em 2013, os serviços de acolhimento ainda são locais, ocupados pela população brasileira mais pobre, sendo a condição de pobreza uma justificativa para o acolhimento institucional. Todavia, Assis e Farias (2013) ressaltam a necessidade de “ampliação de políticas públicas de educação, saúde, habitação, emprego e renda, dentre outras, voltadas principalmente às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social” (ASSIS; FARIAS, 2013, p. 350).

3.3 EDUCADORES RESIDENTES

O tempo corre, a correria é forma de vida, corpos que passam apressados: o próximo no banho, o horário do lanche, aquele que precisa ir, aquela que chega; quem vai acolher? Quem fica? Quem volta? Quando volta? "Já tinham que ter voltado"? Uma adolescente grita, pisando forte enquanto se afasta do educador. Quando penso no educador, lembro-me do coelho branco de Alice: "é tarde, é tarde, é tarde". Parece sempre ser tarde no abrigo. A pressa é medida de trabalho... (BATTISTELLI, 2017, p. 38).

Educador/Cuidador residente, ou pai e mãe social, conforme são denominados por algumas instituições referem-se a uma pessoa ou casal que reside na casa lar juntamente com as crianças ou adolescentes que residem no espaço por motivo de medida protetiva. Nesse contexto, os educadores residentes são responsáveis por todos os cuidados e pela organização da rotina, devendo decidir sobre as questões relativas à casa lar, tendo autonomia para gerir toda a rotina doméstica, bem como as despesas da casa (BRASIL, 2009). Segundo as Orientações Técnicas do Serviço de Acolhimento Institucional são atribuições dos educadores residentes a organização da rotina doméstica e do espaço residencial, os cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção e o estabelecimento de relação afetiva personalizada com cada criança e/ou adolescente (BRASIL, 2009).

A resolução que regulamenta o serviço de acolhimento institucional sugere que é necessário na modalidade casa lar, que no mínimo uma pessoa resida na casa. Apesar das próprias orientações não recomendarem a utilização do termo mãe social ou pai social, é comum as instituições permanecerem nomeando esse profissional que reside na casa lar dessa forma. Historicamente o conceito mãe social é antigo e alguns estudos apontam que essa denominação ocorreu a partir da chegada da instituição Aldeias SOS no Brasil (OLIVEIRA; UZIEL, 2016).

A criação das Aldeias SOS surgiu em 1949, na Áustria, quando um estudante de medicina chamado Hermann Gmneiner resolveu dar início a um trabalho de acolhimento de crianças órfãs em seu país. Como se tratava de um período em que muitos países sentiam o impacto da 2ª Guerra Mundial ocorreu um aumento populacional de crianças órfãs e mulheres viúvas. Hermann decidiu dedicar-se ao trabalho de unir essas crianças com as viúvas, culminando, na criação das Aldeias SOS, que lançaram a profissão, mãe social no mundo¹.

¹ Informações obtidas no site Aldeias SOS. Disponível em: <https://www.aldeiasinfantis.org.br/>. Acesso em: 17 jun. 2019.

A primeira Aldeia SOS surgiu no Brasil, em 1967, na cidade de Porto Alegre (RS) (OLIVEIRA, 2011) e, mais tarde, se tornou uma profissão regulamentada pela lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987. Segundo a legislação, mãe social e pai social mantêm a função de cuidadores de jovens em situação de abrigo, “com exclusividade”, proporcionando-lhes “condições próprias de uma família” (BRASIL, 2007). A lei citada dispõe sobre a regulamentação da atividade de mãe social e pai social e define em seu art. 4º as seguintes atribuições:

- I – Propiciar o surgimento de condições próprias de uma família, orientando e assistindo os menores colocados sob seus cuidados;
- II – Administrar o lar, realizando e organizando as tarefas a ele pertinentes;
- III – Dedicar-se, com exclusividade, aos menores e à casa lar que lhes forem confiados”. (BRASIL, 1987, art. 4).

Segundo Tomás (2010) além da organização da casa e dos cuidados básicos com as crianças e adolescentes acolhidos, no caso das mulheres verifica-se um trabalho permeado por variáveis e contradições como as dificuldades em se estabelecer vínculos que podem ser rompidos a qualquer instante, mas ao mesmo tempo necessários, sabendo-se da importância em se construir vínculos com as crianças que estão sendo cuidadas, conforme citado abaixo:

O jogo é complexo porque o desejo ser mãe é também uma ferramenta de trabalho, subvertendo, em partes, a lógica socialmente compartilhada por alguns grupos na qual a maternidade é encarada como uma espécie de sacerdócio, devendo a mãe dedicar-se exclusivamente (ou quase) aos filhos - situação que vai de encontro ao contexto laboral da casa de acolhimento. (TEIXEIRA; VILLACHAN-LYRA, 2015, p. 206).

Nesse sentido é comum verificar em alguns estudos sobre mães sociais, falas que remetem a um dúbio lugar: a alternância entre o papel de mãe dos acolhidos e o papel de profissional que se dedica ao trabalho de cuidar (TEIXEIRA; VILLACHAN-LYRA, 2015; MEDEIROS, 2015). Tomás menciona em seu estudo o constante medo das mães sociais em se envolverem afetivamente, em função do rompimento e a perda de contato com a criança. Para o autor verifica-se “um misto de sentimentos de desejo de que a criança seja adotada e tenha uma família em contraste com o sofrimento que isso pode acarretar” (TOMÁS, 2010, p. 96).

Destarte, os educadores sociais vivenciam práticas de profissionais permeadas de paradoxos, visto que para os mesmos o envolvimento afetivo passa a ser uma atribuição de seu trabalho (MEDEIROS; MARTINS, 2018). Nesse sentido,

alguns autores discutem sobre as rupturas afetivas vivenciadas no espaço de acolhimento e de como os educadores residentes e os acolhidos significam a situação (ROSSETTI-FERREIRA; COSTA, 2012). Diante disso, as próprias orientações técnicas ressaltam algumas ponderações acerca desses vínculos.

Em função de sua importância, o educador/cuidador a família acolhedora, devem ter clareza quanto a seu papel: vincular-se afetivamente às crianças/adolescentes atendidos e contribuir para a construção de um ambiente familiar, evitando, porém, “se apossar” da criança ou do adolescente e competir ou desvalorizar a família de origem ou substituta. O serviço de acolhimento, não deve ter a pretensão de ocupar o lugar da família da criança ou adolescente, mas contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares, favorecendo o processo de reintegração familiar ou o encaminhamento para a família substituta, quando for o caso (BRASIL, 2009, p.47).

Outras questões podem ser observadas nas situações que acometem os educadores residentes como a precarização de recursos e de subsídios para a realização do trabalho. Pires (2006) aponta para o sentimento de abandono de mães sociais frente à falta de recursos, técnicas profissionais e reconhecimento social. Adentrar em locais de trabalho de mães sociais possibilitou visualizar o grande desamparo dessas profissionais. As autoras Tomás e Vectore (2012) ressaltaram a falta de capacitação e expectativa acerca da função realizada. Para as autoras, as profissionais devem passar por formações em que se deve estabelecer, além de mera transmissão e/ou acúmulo de conhecimentos, espaços de resgate e valorização das ações positivas das mesmas.

Ademais, Ferreira (2014) destaca o sentimento de desesperança dos educadores residentes, situação essa relacionada, na maioria das vezes, às rígidas exigências de trabalho, à alta responsabilidade, ao mesmo tempo em que vivenciam a ausência da equipe técnica nesses espaços, presença referida pelos educadores como fundamental, principalmente ao que se refere às demandas emocionais (FERREIRA, 2014). Por fim, verifica-se a necessidade de adentrar nas discussões que se referem ao trabalho de educadores residentes. Os estudos abordados referem-se, em sua maioria, a mães sociais e às complexas e paradoxais vivências do tênue lugar entre a profissão e o exercício da maternidade, bem como o estabelecimento desses vínculos. Entretanto, cabe a esse estudo também discorrer sobre as vivências de educadores enquanto trabalhadores, que muito além dos das

dificuldades diárias de trabalho, dedicam sua vida a essa profissão, fazendo com que seu trabalho seja seu próprio lar.

4 MÉTODO

4.1 DELINEAMENTO

Para Minayo (2001) a metodologia de um estudo é a parte responsável por descrever o caminho do pensamento e a atuação da prática exercida pelo pesquisador durante seu percurso investigativo. Dessa forma, destaca-se que o percurso metodológico escolhido para este estudo é o delineamento qualitativo exploratório-descritivo.

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, o que corresponde a um processo mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 22). Por isso, um estudo qualitativo contextualiza motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes na tentativa de explicar uma determinada realidade social (MINAYO, 2001). É exploratório na medida em que se propõe a buscar maior familiaridade com o tema pesquisado, especialmente pelo tema escolhido ser pouco explorado e descritivo, e por descrever as características do grupo investigado (GIL, 2010).

4.2 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

No primeiro momento a pesquisadora entrou em contato com o órgão responsável pela gerência do serviço de acolhimento institucional, a Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) do município, a fim de apresentar a pesquisa, solicitar a autorização para a realização do estudo e o contato das casas lares, do município pesquisado.

Após o aceite e a assinatura de termo de coparticipação da Secretaria de Desenvolvimento Social, a pesquisadora entrou em contato com as empresas responsáveis pela administração das instituições de acolhimento institucional na modalidade casa lar, com o objetivo de solicitar a autorização da pesquisa e realizar o convite de participação aos educadores residentes.

Atualmente, no município pesquisado, existem duas empresas que administram os serviços de casa lar, sendo que uma das empresas administra duas casas, enquanto a outra administra quatro casas, totalizando seis casas lares no

município. Diante disso, foi encaminhado um e-mail para a diretoria das empresas, informando sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos e metodologia. Ambos os diretores responderam marcando um horário presencial para discutir a proposta junto à equipe técnica do serviço – formada por coordenador, psicólogo e assistente social. A proposta de uma reunião presencial visou discutir a viabilidade da aplicação da pesquisa, além de formas de efetivá-la, considerando a realidade dos locais e suas disposições regulatórias e legais.

A reunião referida foi agendada e ocorreu no CT de cada empresa em meados de novembro de 2019. Cada empresa possui um Centro Técnico, chamado de CT. Os CT'S são espaços localizados em endereços próximos às casas lares, frequentados pelas equipes técnica e administrativa, possuindo o objetivo de oferecer reuniões e atendimentos aos acolhidos e trabalhadores. Na modalidade casa lar, o psicólogo, o assistente social e o coordenador das casas trabalham nos Centros Técnicos e visitam as casas lares somente quando a equipe evidencia necessidade.

Após a pesquisadora apresentar a proposta em reunião, as equipes aceitaram a participação na pesquisa. A equipe técnica de cada instituição organizou o local e informou a pesquisadora da disponibilidade de horários para a realização de cada entrevista individual nos meses seguintes.

4.3 LOCAL E OS PARTICIPANTES

As casas lares pesquisadas estão localizadas em seis bairros diversos no município pesquisado. As casas se encontram em bairros residenciais, similares a uma residência unifamiliar, sem placas, indicando a natureza institucional do serviço, conforme recomendado no documento de Orientações Técnicas do Serviço de Acolhimento Institucional (2009).

Em cada casa lar pesquisada residem o casal de educadores residentes (pai e mãe social), crianças e adolescentes acolhidos e, em alguns casos, os filhos biológicos dos educadores.

Segue o quadro explanando o cenário encontrado pela pesquisadora:

Quadro 3 - Total de pessoas que residem em cada casa lar

Local	Educadores	Acolhidos	Filhos Biológicos	Total Acolhidos+Filhos	Idades
Casa A 1	CASAL	10	1	11	8 a 16
Casa A 2	CASAL	10	0	10	5 a 17
Casa B 1	CASAL	10	1	11	7 a 16
Casa B 2	CASAL	9	0	9	3 a 14
Casa B 3	CASAL	10	1	11	12 a 17
Casa B 4	CASAL	10	2	12	5 a 17

Fonte: elaborado pela autora.

Na proposta inicial desse estudo constava a realização de entrevistas com cada educador em seu próprio ambiente de trabalho, ou seja, na casa lar em que residiam. Entretanto, as entrevistas foram organizadas pelas equipes técnicas, conforme a disponibilidade dos trabalhadores, sendo cada entrevista constituída de forma individual e em locais diferentes. Diante disso, três entrevistas ocorreram no Centro Técnico e as demais nas próprias dependências das casas lares.

Planejava-se, com o intuito de realizar uma discussão mais ampla da temática, a participação dos dois (homem e mulher) educadores residentes das casas lares, também denominados pais e mães sociais. Todavia, tratando-se de pesquisa social é preciso contar com a ideia do devir no conceito de cientificidade, sabendo-se que não se pode trabalhar com normas já construídas (MINAYO, 2001). Mesmo diante da necessidade em se traçar caminhos metodológicos, o pesquisador precisa possuir flexibilidade para ouvir, ver, sentir e seguir o fluxo que o campo tem a revelar.

Em virtude desses desdobramentos metodológicos, a presente pesquisa se modificou, educadores sociais (homens) não participaram das entrevistas, seguindo as regras de autorização da diretoria das casas lares, fato esse que será abordado, posteriormente, em um dos capítulos deste estudo. Entretanto, participaram desta pesquisa seis educadoras sociais (mulheres) que tiveram interesse em participar desta pesquisa e atuam no acolhimento institucional em um dos municípios do Vale dos Sinos, região metropolitana de Porto Alegre. Os critérios de participação no estudo foram: ser educador residente a mais de um mês e ter interesse em participar do estudo.

Quadro 4 - Perfil das educadoras residentes entrevistadas

Participante	Média de Idade	Escolaridade	Estado Civil	Contratação	Atuação
Madalena	39,5	Ensino Médio completo	Casada	CLT/ONG	7 anos
Maria		Superior em andamento	Casada	CLT/ONG	1 ano
Sara		Ensino Médio completo	Casada	CLT/ONG	2 meses
Marta		Ens. Médio em andamento	Casada	CLT/ONG	12 anos
Raquel		Ensino Médio completo	Casada	CLT/ONG	20 anos
Rute		Superior incompleto	Casada	CLT/ONG	1 ano

*Os nomes acima descritos são fictícios a fim de garantir a privacidade e anonimato dos participantes.

Fonte: elaborado pela autora.

4.4 INSTRUMENTOS

4.4.1 Questionário Bio-sociodemográfico

O questionário é definido por Gil (1987) como uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões, apresentadas por escrito às pessoas, tendo como objetivo levantar conhecimentos específicos que podem variar conforme o interesse do pesquisador.

Dessa forma, o questionário (Apêndice A) foi construído de forma exclusiva e teve o objetivo identificar as características dos participantes, bem como idade, gênero, escolaridade, estado civil, entre outros. Além dos itens atrelados ao perfil dos participantes, também foram incluídas perguntas referentes aos aspectos laborais a partir de algumas questões, como exemplo: se já realizou alguma capacitação no trabalho, se já sofreu algum tipo de machucado ou acidente de trabalho. Todas as perguntas visam contribuir para a descrição do perfil dos participantes e para a discussão da análise dos dados.

4.4.2 Entrevista Individual

A entrevista é definida por Gil (1999) como uma das técnicas mais utilizadas nas pesquisas sociais, sendo uma forma de interação social em que o investigador

se apresenta frente ao investigado. Dessa maneira, foi utilizada a técnica de entrevista narrativa, reconhecida como uma importante estratégia de resgate das histórias de vida e das histórias sociais, preconizando a livre narração do entrevistado (SCHUTZE, 1992).

As questões que compuseram a entrevista possuíam a finalidade de alcançar os objetivos desse estudo, sendo compostas sobre: repercussões em se residir no local de trabalho, o sentido do trabalho; o reconhecimento no trabalho, entre outras (Apêndice B). Ademais, a entrevista realizada foi gravada e transcrita pela pesquisadora, visando maior fidedignidade ao conteúdo coletado.

4.4.3 Pesquisar na Pandemia: alterando instrumentos planejados

A questão crucial imediata desta era de trevas é a luta pela preservação da vida! Isso significa encontrar no presente as condições para estancar a crise pandêmica com o apoio vital da ciência e, ao mesmo tempo, começar a desenhar um outro sistema de metabolismo verdadeiramente humano social. (ANTUNES, 2020, p. 22).

Talvez não se tenha uma resposta pronta, nada, ao menos, que se encontre em formato de manual em livros ou artigos científicos. Entretanto, o imprevisto está sempre posto na pesquisa social, de uma maneira ou outra. Todavia, no caso deste estudo, o imprevisto gerado pelo Coronavírus (COVID-19), impossibilitou algumas propostas metodológicas descritas no projeto de pesquisa, sendo elas a *Observação Participante e o Diário de Campo*.

Embora Minayo assevere que, “Fazemos um projeto de pesquisa para mapear um caminho a ser seguido durante a investigação. Buscamos, assim, evitar muitos imprevistos no decorrer da pesquisa que poderiam até mesmo inviabilizar sua realização” (MINAYO, 2001, p. 35). O inesperado surge a qualquer momento, o que nos conduz ao seguinte questionamento: Como podem os pesquisadores evitar ou agir diante dos imprevistos que poderiam, até mesmo, inviabilizar a realização de uma pesquisa?

Neste estudo, por exemplo, a observação participante entraria como elemento fundamental para uma maior aproximação da pesquisadora com a realidade investigada (MINAYO, 2014), colocando o observador-participante “face a face” com os observados, de forma que o pesquisador se tornasse parte do contexto investigado. O objetivo deste instrumento na pesquisa é a busca por uma

melhor compreensão acerca do contexto pesquisado, possibilitando captar situações às quais não se teria acesso somente por intermédio de perguntas realizadas durante a entrevista.

O diário de campo adentraria na pesquisa como um importante instrumento de descrições e anotações da investigação da pesquisa, durante as observações participantes, se constituindo, não apenas como um instrumento, mas como um 'lugar' utilizado para registrar movimentos, leituras, tempo, espaço, observações e, por fim, aquilo que o pesquisador vê, ouve e vive (OLIVEIRA, 2014). Assim, o diário de campo seria empregado neste estudo como um modo de apresentação e descrição das vivências e narrativas experienciadas durante a aproximação com os participantes.

Entretanto, diante do caos instaurado pela Pandemia, as observações participantes não se tornaram viáveis, visto que as instituições de acolhimento institucional, por meio de decretos (federais, estaduais e municipais) regimentos internos e, de acordo com as orientações sanitárias, restringiram a circulação de pessoas dentro das casas de acolhimento, preconizando o isolamento social. Em função disso, os instrumentos de pesquisa utilizados para realização deste estudo, tornaram-se, apenas, o questionário bio-sociodemográfico e a entrevista individual realizada, presencialmente, com as educadoras residentes em meses anteriores ao início do isolamento social. Por fim, considerando a especificidade deste momento e a relevância do conteúdo coletado através dos instrumentos acima referidos, construiu-se este estudo.

4.5 ASPECTOS ÉTICOS

Este estudo foi submetido ao Conselho de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, conforme o parágrafo 2º do art. 1º da Resolução CNS Nº510/2016 e a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que define as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. O estudo foi aprovado sob o **número do parecer: 3.918.601** documentos disponíveis no Apêndice E.

Contatou-se a Secretaria de Desenvolvimento Social que atua na gerência do serviço do município e a Instituição de Acolhimento Institucional que executa o serviço, a fim de apresentar a pesquisa e solicitar a autorização para a sua

execução, esclarecendo-se a natureza, os procedimentos e os objetivos da mesma. Após a autorização das instituições, as educadoras residentes foram convidadas a participar da pesquisa de forma voluntária através de uma entrevista individual, gravada e, posteriormente, transcrita.

As participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), destacados os procedimentos éticos da pesquisa. Também foram informadas sobre o compromisso ético de se preservar a privacidade das participantes comprometendo-se, igualmente, a fazer a divulgação dessas informações coletadas somente de forma anônima, conforme o documento disponível no Apêndice D.

4.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados por meio dos questionários bio-sociodemográficos e das entrevistas individuais (gravadas e transcritas), foram analisados através da metodologia de Análise Temática (MINAYO, 2001). A técnica utilizada consiste em delimitar os núcleos de sentido que integram o processo de comunicação, nos quais a presença ou frequência com que aparecem signifique algo visado para o objeto analítico (MINAYO, 2014). Conforme menciona Minayo (2014), essa técnica consiste em delimitar os vários sentidos que integram o processo de comunicação, nos quais a presença ou a frequência com que estes aparecem, signifique algo visado para o objeto de estudo.

A técnica de análise temática pode ser dividida em duas principais etapas: leitura, exploração e organização das temáticas; e definição das categorias emergentes e palavras pelas quais os conteúdos estão organizados. Assim, as principais fases dessa técnica são: a) pré-análise; b) exploração do material; e c) tratamento e interpretação dos dados (MINAYO, 2014).

A primeira fase denominada de pré-análise inicia-se com a seleção dos documentos a serem analisados. Inicia-se com a leitura flutuante do material e, em seguida, a retomada dos objetivos do estudo e a formulação e reformulação das principais hipóteses. A exploração do material consiste na definição das categorias emergentes dos materiais coletados; e, por fim, o tratamento dos resultados obtidos/interpretações que terão como resultado final a classificação de categorias teóricas observadas nas temáticas estabelecidas e a análise e discussão teórica

das categorias verificadas. Objetiva-se com essa fase da análise obter unidades de registro através de frases ou palavras-chave; unidades de contexto; recortes; modos de categorização; e definição de codificações e conceitos teóricos gerais (MINAYO, 2014).

A segunda fase, nomeada exploração do material, objetiva definir as categorias emergentes de expressões e palavras pelas quais os conteúdos estão organizados. O resultado final desta etapa é a classificação de categorias teóricas ou empíricas responsáveis pela especificação dos temas. Finalmente, o tratamento e a interpretação dos dados, terceira e última etapa, consiste na análise e discussão teórica das categorias, buscando suas interfaces, contradições e semelhanças (MINAYO, 2014).

Desse modo, após as etapas de leitura e exploração de seis questionários bio-sociodemográficos e entrevistas individuais, gravadas e transcritas de seis educadoras sociais que resultaram em 52 laudas, foram definidos seis grandes eixos temáticos: 1) “É isso, eu tava mesmo dizendo, eu moro aqui e faço visita na minha casa” – sobre o cotidiano e a organização do trabalho das educadoras residentes; 2) “Para mim, é como se eu tivesse com meus filhos” – a negação do trabalho enquanto ideologia defensiva; 3) “Ele faz como um pai faria na casa dele” – do voluntariado à servidão voluntária; 4) “Acho que são duas palavrinhas chaves: chamado e amor” – sobre o sentido no trabalho de educadores residentes; 5) “Então é isso, né! Alguma marquinha, alguma coisa a gente deixa neles” – sobre o sentido do reconhecimento no trabalho de educadoras residentes; 6) “Existe muita sinceridade entre nós, as mães:” – sobre a cooperação entre as educadoras residentes como fator de saúde no trabalho.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nessa seção pretende-se discorrer acerca dos conteúdos explorados e analisados teoricamente. Como base teórica da discussão utiliza-se alguns pressupostos da Psicodinâmica do Trabalho para uma melhor compreensão dos fenômenos que envolvem a realidade dos trabalhadores.

Com a finalidade de responder aos objetivos propostos para esta pesquisa, o primeiro eixo temático apresenta o cotidiano e alguns elementos da organização do trabalho das educadoras residentes. O segundo eixo temático aborda as repercussões em se residir no local de trabalho e as estratégias defensivas desenvolvidas pelas trabalhadoras para dar conta do seu trabalho. O terceiro eixo versa sobre a informalidade do trabalho dos pais sociais.

Cabe, ainda, aos eixos temáticos quarto e quinto exporem o sentido do trabalho das educadoras residentes e as formas de reconhecimento no trabalho. No último e sexto eixo temático, a discussão se dá acerca da cooperação entre as mães sociais e a interlocução com a saúde mental no trabalho.

5.1 “NA MINHA CASA EU VOU DUAS VEZES AO MÊS, OU UMA VEZ AO MÊS ÀS VEZES, NÉ, ENTÃO A MINHA CASA ‘TÁ JOGADA ÀS TRAÇAS’ PRATICAMENTE, NÉ” – SOBRE O COTIDIANO E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DAS EDUCADORAS RESIDENTES.

Sem trabalho eu não sou nada
Não tenho dignidade
Não sinto o meu valor
Não tenho identidade
Legião Urbana

As fronteiras entre a vida privada e as atividades profissionais são tênues, por vezes não sendo possível delimitar fronteiras, pois talvez ambas apenas coexistam em cada sujeito. Os autores Goulart Junior, et al (2013) afirmam que as exigências do trabalho e os familiares devem ser equilibradas, sendo uma condição para a saúde do trabalhador e da própria organização. Dejours, alicerçado aos conceitos da Psicodinâmica do Trabalho (PDT), discorre que mesmo ao deixar o local de trabalho, o sujeito não pode mudar de pele, nem de economia psíquica, de modo que o sofrimento no trabalho corrompe toda a organização mental do sujeito

e se estende até as relações com seus filhos e cônjuges (DEJOURS, 2017). O trabalho não é imóvel ou restrito, ele se estabelece na vida cotidiana dos sujeitos através de um “*continuum*” que se estende para outros espaços e influencia outras esferas da vida (LANCMAN; UCHUDA, 2003).

Essa dinâmica de um “*continuum*”, da possibilidade do trabalho deslocar-se subjetivamente para outras áreas da vida do trabalhador é uma ampla discussão. Dejours afirma que “existe uma solidariedade psíquica entre a vida de trabalho e a vida extratrabalho, ou uma unidade econômica entre as duas modalidades da existência” (DEJOURS, 2017, p. 37). É possível verificar em estudos como de Lancman e Uchuda (2003) que o trabalho não possui limítrofes, ele permeia e remotamente se insere em todas as instâncias da vida dos sujeitos que trabalham.

Todavia, a maioria destes estudos refere-se a categorias profissionais que possuem uma carga horária de trabalho estabelecida e que podem movimentar-se para espaços físicos diferentes, sendo eles casa-trabalho, como no caso da construção civil, trabalhadores da saúde, entre outros, exceto os estudos que referem-se ao “chamado teletrabalho e/ou *home office*, utilizando-se outros espaços fora da empresa, como o ambiente doméstico, para realizar suas atividades laborativas” (ANTUNES, 2018, p. 42).

Para Antunes (2018), o trabalho levado para o ambiente doméstico pode trazer vantagens e desvantagens, como a economia de tempo em deslocamentos, permitindo uma melhor divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, mas também a eliminação dos direitos do trabalho e da seguridade social paga pelas empresas e a intensificação da dupla jornada de trabalho. O teletrabalho, por se tratar de um trabalho que ocorre em um ambiente doméstico, se aproxima em alguns aspectos da categoria profissional, ao qual este estudo se incube de relatar, mas ainda não descreve as peculiaridades da profissão de educadores residentes de casas lares.

O trabalho dos educadores residentes ocorre na casa em que residem, mas não em suas próprias casas, pois os locais que os educadores residem são fornecidos pela empresa contratante e normalmente são casas locadas, apresentadas para os pais sociais após aceitarem a proposta de emprego. As educadoras residentes relatam que devido ao fato de terem apenas quatro dias de folga ao mês não moram em suas próprias casas, acabam somente as visitando. Os educadores que possuem filhos biológicos optam por trazerem seus filhos, menores de 18 anos, para residirem junto à casa locada e os filhos maiores de idade

ficam na casa própria da família, muitas vezes distante do trabalho, conforme relatado a seguir:

Sim, tenho dois meninos (filhos). Moram sozinhos lá na nossa casa daí só vejo nas folgas (Marta). Na minha casa eu vou duas vezes ao mês, ou uma vez ao mês às vezes, né então a minha casa 'tá jogada às traças' praticamente né, porque a gente não consegue, né? (Madalena)

A minha menina mora aqui comigo ela tem 15 anos e o meu filho tem 20 que mora na minha casa [...] a minha filha tá aqui comigo né você minha filha tivesse lá na minha casa de menor eu não ia conseguir porque eu tenho uma responsabilidade muito grande em cima dela, né, o meu filho ele tá ele pode me visitar aqui tranquilo né então assim no começo foi difícil. (Sara)

Ocorre que, nas casas lares, a equipe de trabalho deve ser composta por um casal, um homem e uma mulher que residam no ambiente de trabalho e uma auxiliar que realize uma carga horária de oito horas diárias. Dessa forma, os maridos das educadoras residentes acabam morando junto na casa, mesmo que somente a educadora residente seja contratada. No caso dos entrevistados, havia apenas um casal em que o homem era contratado pela empresa. Nas demais casas a educadora residente, denominada mãe social, é contratada para realizar todos os cuidados e proteção das crianças e adolescentes, bem como administrar e executar com a ajuda da auxiliar, as dinâmicas cotidianas da casa, como lavar, fazer o café, almoço, levar as crianças para a escola, médicos, entre outros afazeres, e o pai social sai durante o dia para trabalhar fora.

É assim, a gente levanta tipo 6h, 6h15, chama as meninas aquelas que têm aula de manhã e aqueles de tarde. Os que vão de manhã a gente acorda, prepara eles pro café e organização de roupa e coisa, aí vai pra escola, aí 8h e pouca também chamo os outros quando tem aula né. [...] E depois o almoço. Um almoço, uma sobremesa e depois de tarde, 13h da tarde, vão pra escola e aquela função, bem de mãe! Aí depois disso, lanche da tarde né, um lanchinho da tarde, uma coisa pros que chegaram ver o que tem que fazer. Como é que vieram porque às vezes vem um pouco desorganizado da escola. Às vezes tem que levar alguém de novo, sair às vezes em psicólogo, é aquela função. Aí roupa, como é que está, como é que não está, daí janta, tem que ver se tem feijão, pão, essas coisas assim. Mercado! Então cada dia é uma função. (Madalena)

É nesta configuração que o trabalho dos educadores residentes se realiza em uma dinâmica em que os trabalhadores residem onde trabalham e configuram uma representação de rotina familiar. A rotina descrita é marcada rigidamente por papéis definidos a partir de um recorte de gênero, em que a mulher fica em casa para cuidar dos filhos e da casa, enquanto o homem sai para o trabalho. Lima (2009) afirma que o trabalho doméstico e o cuidado são historicamente atribuídos às

mulheres, mesmo quando são realizados por homens acabam sendo relacionados a características inatas femininas.

Essa atuação é validada pela lei que regulamenta a profissão, Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, que “dispõe sobre a regulamentação da atividade de mãe social e dá outras providências”, que atribui às mães sociais propiciar o surgimento de condições próprias de uma família, orientando e assistindo os menores colocados sob seus cuidados e a administração do lar, realizando e organizando as tarefas a ele pertinentes (BRASIL, 1987). Nas casas lares pesquisadas o papel que a educadora residente exerce no cuidado das crianças e na administração das atividades domésticas é concedido naturalmente às mulheres.

Outro marcador importante na construção da identidade da educadora residente mulher é a sua autodenominação como mãe das crianças e adolescentes acolhidos na casa lar. Neste aspecto, Lima (2009) refere que denominar a profissional como *mãe social* é o meio que o contexto institucional utiliza para exigir da educadora a construção de uma relação familiar, apesar da existência de um salário. Mesmo sendo uma profissão regida por um contrato de trabalho que pode ser rescindido a qualquer momento, as educadoras residentes estabelecem um forte vínculo com as crianças institucionalizadas, conforme os relatos:

(...) mas eu peço a Deus que mesmo que eles tenham uma família, que eles sejam muito felizes, que eu ainda possa ter um contato, que eu possa visitar, eu posso ser aquela mãe, aquela vó, né, quem sabe porque eu adotei eles para mim, mesmo que vem a outra criança para cá eu sempre vou ter eles no meu coração, um pedacinho deles como meus filhos, né, mesmo que eles não tenham saído da minha barriga, né. Mas como dizem, mãe é aquela que cria né. (Sara)

(...) porque eles eram como meus filhos, eu sabia como eles agiam, eu conheço o olhar de cada um, quando eles passam eu dou uma olhada assim ver já tu vai aprontar, né entendi, assim então quando você conhece é como uma família. (Maria)

As falas das educadoras apresentam, claramente, o arquétipo de cuidado materno imbricado no fazer do trabalho. Essas interfaces são geradoras de tensões, uma vez que é exigido a estas mulheres serem mães e profissionais ao mesmo tempo (OLIVEIRA; UZIEL, 2016). A autora Figueiredo (2006) discorre sobre essa fusão existente entre o ofício mãe como profissão e a função da maternidade, refletindo sobre o lugar ambíguo que as educadoras residentes ocupam, principalmente quando se trata de uma casa lar em que os filhos biológicos residem juntamente com os acolhidos.

[...] são mãe social e mãe ao mesmo tempo, no mesmo espaço físico, estando seus próprios filhos e os “filhos sociais”, parcialmente, sob o mesmo teto, embora fique explicitada para todos, a diferença na função mãe que, com os “filhos sociais”, é uma função profissional. (FIGUEIREDO, 2006, p. 74).

Destarte, verifica-se que na profissão de educadora residente é atribuída à mulher a função do cuidado, cuja maternagem é constituída e reforçada pela própria organização do trabalho. Dejours designa como organização do trabalho a “divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa (na medida em que ele dela deriva), o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade etc” (DEJOURS, 1987, p. 25). Nesse sentido, os autores, ao adentrarem na temática da educadora residente afirmam que a própria “formatação da casa em que vive e trabalha ao mesmo tempo, assim como seu próprio nome contribuem para que muitas delas venham a ter dificuldades em saber qual a linha divisória entre ser mãe e ser profissional nesses espaços” (OLIVEIRA; UZIEL, 2016, p. 22).

Diante do exposto, é possível iniciar uma compreensão sobre as facetas que constituem o trabalho das educadoras residentes. Cada organização do trabalho convida o sujeito a se mobilizar individualmente e coletivamente de maneiras específicas. Assim, analisar os arranjos institucionais que colaboram para a afirmação do lugar que os educadores residentes ocupam e a maneira como se engajam psiquicamente para dar conta do trabalho permite compreender sobre o sofrimento e os sintomas de cada trabalhador (DEJOURS, 2011).

5.2 “PARA MIM, É COMO SE EU TIVESSE COM MEUS FILHOS” – A NEGAÇÃO DO TRABALHO ENQUANTO IDEOLOGIA DEFENSIVA.

As educadoras sociais entrevistadas trazem, em suas falas, certa “normalidade” em atuar em uma profissão que a atribuição seja a maternidade e a representação de uma família. Com a imposição das próprias instituições que reforçam esse lugar de mãe ‘social’, algumas estratégias individuais e coletivas são lançadas por essas trabalhadoras, a fim de evitar o confronto com seus próprios sofrimentos.

Dejours (2011, p. 13) discute a normalidade como o “resultado de um compromisso, de uma luta entre o sofrimento provocado pelos constrangimentos

organizacionais e as estratégias de defesa inventadas pelos trabalhadores para conter esse sofrimento e evitar a descompensação”. O autor ainda discorre, aprofundando que a normalidade é o resultado de uma dinâmica entre o sofrimento e as defesas contra ele, sendo o estado normal o estado em que as doenças estão estabilizadas e os sofrimentos compensados, o que não significa um estado ideal de saúde (DEJOURS, 1999; 2004).

Para as entrevistadas não há anormalidades no trabalho que exercem, não visualizam o trabalho intermitente como um desgaste e nem a consonância público-privada como um aspecto negativo. Destaca-se que as educadoras residentes possuem dificuldades em se reconhecerem enquanto trabalhadoras. Durante a entrevista referir a palavra trabalho soava um pouco estranho, as educadoras faziam questão de reforçar que são mães das crianças e dos adolescentes acolhidos. Entretanto, não eram educadoras, eram mães. Não se tratava de um local de trabalho, mas sim de uma família.

Raquel menciona durante a entrevista como se sente em seu trabalho: “*é a mesma coisa se eu tivesse com os meus filhos não tem diferença, é normal é minha família*” (Raquel). Já as educadoras Rute e Maria descrevem a rotina como uma dinâmica familiar: “*Hoje a G. e o M. eles vão na academia, eles têm a liberdade de sair na academia e voltar, então isso aqui é uma família é uma casa*” (Rute) e Maria comenta sobre os passeios, “*a gente várias vezes saiu esse ano nas férias de inverno, a gente saiu com eles tranquilo como uma família*” (Maria).

Nesse aspecto cabem alguns questionamentos: O que ocorre para que um trabalhador não se reconheça como tal? Tendo em vista que todas as participantes desse estudo trazem falas que afirmam visualizar-se na instituição família ao invés de trabalho, quais os riscos pertinentes à saúde mental a que esses trabalhadores estão expostos? O “não se reconhecer” enquanto trabalhador teria alguma relação com o estado de normalidade apresentado pelas educadoras residentes?

A normalidade, enquanto objeto de estudo, ampliou o campo de pesquisa sobre o trabalho, pois permitiu observar as estratégias desenvolvidas pelos trabalhadores na luta contra a doença mental e os sofrimentos patogênicos relativos ao trabalho (DEJOURS, 2004). No entanto esse aparente equilíbrio proporcionado pela “normalidade” não é necessariamente certeza de saúde, tornando-se um importante fenômeno a ser compreendido (DEJOURS, 2008). Assim, as estratégias

defensivas se tornam uma armadilha, impedindo que os trabalhadores analisem satisfatoriamente as relações que mantêm com o próprio trabalho, ignorando o sofrimento e negando suas causas (MEDEIROS et al., 2017).

Dejours, em sua profunda análise sobre as patologias do trabalho, traz para o campo dos estudos o conceito de ideologias de defesa, que seria um dos desdobramentos das estratégias defensivas. As ideologias de defesa seriam resistências construídas por um processo de alienação que requer uma negação ou construção fantasiosa coletiva dos reais problemas relacionados ao trabalho. As autoras Hallack e Silva afirmam que as ideologias defensivas são elaboradas à custa de muito investimento, estratégias e energia dos sujeitos, cooperando de forma surpreendente “com os objetivos da própria organização do trabalho ao se constituir como uma recorrência que circula em torno das relações de poder” (HALLACK; SILVA, 2005, p. 75).

No livro ‘A loucura do trabalho’, o autor discrimina alguns critérios conceituais relativos ao termo ideologias defensivas sendo que, em primeiro lugar, a ideologia defensiva objetiva mascarar, conter e ocultar uma ansiedade grave. Em segundo lugar pode ser considerado um mecanismo de defesa elaborado por um grupo social particular, onde deve haver uma especificidade. Em terceiro lugar possui como característica o fato de não ser dirigida contra uma angústia de conflitos mentais, mas sim destinada a lutar contra riscos reais. Em quarto lugar deve obter a participação de todos os interessados sendo que, conseqüentemente, quem não contribui do conteúdo da ideologia acaba sendo excluído do grupo. E por fim, em quinto lugar, para ser funcional a ideologia defensiva deve possuir uma certa coerência, supondo certos arranjos rígidos em relação à realidade (DEJOURS, 1987).

Diante disso, a negação das educadoras residentes se reconhecerem como trabalhadoras opera enquanto ideologia defensiva, na medida em que para suportar as exigências da organização do trabalho, que vão desde abdicar-se de suas próprias vidas sociais, de suas casas e em alguns casos até de seus filhos biológicos, necessitam ignorar as relações trabalhistas e de forma coletiva fantasiar as que ocupam o real lugar de mãe em uma estrutura familiar.

É importante destacar as relações de poder que as instituições atuam nesse sentido, na medida em que reforçam essa posição de mãe realizando, inclusive, grupos de mães, entre outras estratégias que reafirmam esse lugar. Assim, a

ideologia defensiva atua validando que o trabalhador não consegue incorporar a 'verdade criada' não conseguir superar a própria apreensão e acaba se obrigando a desistir do seu trabalho sendo, na maioria das vezes, eliminado pelo próprio grupo de trabalhadores (DEJOURS, 1987). Diante desta circunstância sobrevêm mais questionamentos do que respostas: como poderia uma mãe pedir demissão dos cuidados de seus filhos? Como ela seria vista socialmente? A partir disto o autor Gaulejac menciona sobre as estratégias organizacionais:

Não se trata apenas de uma dominação psicológica em uma relação afetiva, mas de um sistema de dominação organizacional que utiliza o paradoxo como ferramenta de gestão, que leva o conjunto de agentes a aceitar coletivamente modalidades de funcionamento que eles condenam individualmente. (GAULEJAC, 2011, p. 86)

Corroborando com esse questionamento a fala de uma das participantes que afirma durante a entrevista ser impossível permanecer neste trabalho se não for 'por amor em ser mãe' ou por ter recebido um 'chamado de Deus' para tal, contextualizando que a retribuição salarial da profissão não corresponde às demandas relativas ao trabalho de mãe social. Além disso, a ideologia defensiva possui valores funcionais: desde o nível grupal, no que tange a sua coesão e sua coragem, até ao nível do trabalho garantindo, sobretudo, a produtividade (DEJOURS, 1987), conforme as falas a seguir de educadoras:

E quando eu saio de folga eu não descanso, eu fico: será que tão bem? será que tão fazendo as coisas? Será que eu deixei comida suficiente? Às vezes eu até ligo para substituta. Eu sei que não pode, mas eu ligo. [...] E auxiliar fala calma descanso. É que para mim é como se eles fossem meus filhos sabe, como se fosse meus biológicos porque eu tenho toda uma preocupação sabe, com eles, e para mim isso hoje em dia tá sendo normal eu não me vejo assim diferente de sair ir para um lugar parece assim que eu tenho uma missão aqui e então eu tenho que cumprir. (Gabi)

A gente sabe que no fim eles não são da gente. Se hoje a juíza determinar que ele vá para outra família ele vai e a gente vai sentir falta, só que pra mim, ser mãe social é uma dádiva de Deus, que a gente tá aqui pra acolher, pra ensinar, pra repreender também, assim como a gente dá amor a gente repreende, porque toda mãe todo pai repreender ensina. (Rute)

Partindo do pressuposto de que sofrimento e defesa não podem ser dissociados, a afirmação do lugar de mãe das crianças e adolescentes acolhidos nas casas lares pode agir como um modo de mascarar os sofrimentos e perturbar as lutas contra as pressões patogênicas da organização do trabalho (MEDEIROS et al., 2017). Por conseguinte, supõe-se que a ideologia defensiva adotada pelo grupo de educadoras residentes coloca em situação de risco a saúde dessas

trabalhadoras na medida em que contribuem para a banalização das injustiças no ambiente de trabalho, além de tornar tolerável o sofrimento por elas vivenciado em seu cotidiano de trabalho.

5.3 “ELE FAZ COMO UM PAI FARIA NA CASA DELE” – DO VOLUNTARIADO À SERVIDÃO VOLUNTÁRIA.

A proposta inicial desta dissertação partiu do pressuposto em se realizar entrevistas com as ‘mães e os pais sociais’ de casas lares. Entretanto, ao acessar as instituições e solicitar a autorização para a realização de entrevistas, as instituições informaram que não seria possível, pois os pais sociais não são contratados pelas empresas, somente as mães sociais. Considerando que todas as entrevistadas residiam em seu local de trabalho, juntamente com seu esposo, torna-se questionável como se estabelece esta relação que não é compreendida como uma atividade profissional.

Nos primórdios da regulamentação da atividade profissional (Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987), a profissão era reconhecida somente para atuação de mulheres ‘*mães sociais*’ (BRASIL, 1987). Atualmente, por considerar-se que, diante do art. 5º da Constituição Federal, é inadmissível a discriminação profissional em razão de gênero do trabalhador, no caso, do sexo masculino, o projeto de lei (PL 2971/2004) que altera a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para dispor sobre a atividade de Pai Social, encontra-se em tramitação.

Conforme os dados obtidos através das entrevistas, cinco (5) participantes apontaram que seus maridos residem com elas, porém não possuem vínculo empregatício com as empresas. Apenas uma (1) entrevistada refere que seu marido é contratado, ressaltando todo o histórico da contratação que ocorreu em decorrência do reconhecimento por serem um casal que participou do início do projeto casas lares na instituição contratante, não sendo, portanto, um procedimento recorrente nas instituições pesquisadas.

Nesse sentido, a discussão sobre o trabalho dos “pais sociais” nas casas lares participantes do estudo será abordada a partir da fala das mães sociais, pois os pais não são considerados trabalhadores formais pela instituição, impedindo que a pesquisadora fosse autorizada a entrevistá-los. Assim, a centralidade desta discussão se dará em torno das vivências de trabalho dos cinco (05) pais que não

são contratados pelas instituições, apresentando a perspectiva que surgiu nas entrevistas das mães sociais.

Conforme a fala das mães sociais, os pais possuem um cotidiano como de “outros pais de família”, pois trabalham fora e exercem durante o dia trabalhos remunerados em áreas diferentes de atuação. As mães, apesar de não nomearem os pais sociais como trabalhadores na casa lar, comentam que eles acabam “entrando junto no trabalho”, desenvolvendo as atividades de cuidado e administração das rotinas da casa, juntamente com a mãe social.

Nesse aspecto, Rute verbaliza: “*O meu marido trabalha fora, mas automaticamente ele se envolve, né. Ele trabalha aqui e trabalha fora e final de semana também, né*”, e Sara também conta que o marido não é contratado, mas executa função de pai social: “*É só que a única de carteira assinada sou eu porque quem foi contratada fui eu, mas quando ele chega, né do trabalho dele, é claro que ele me ajuda, né, ele se envolve também porque ele é o pai, né, ele acaba sendo pai.*” As entrevistadas comentam que os pais participam afetivamente da vida das crianças e adolescentes, sendo reconhecidos por eles como pai social, conforme as falas a seguir:

[...] nossa ele é muito paizão! Que nem os pequenos é um grude né, pai pra lá, pai pra cá. Disputam o colo dele né. É bem... e também ele ama crianças então. Ainda mais que alguns não tem fisionomia de pai né. Então é bem grudado com ele, é pai pra cá pai pra lá quando chega. (Marta)

[...]ele gosta também, ele faz o trabalho daqui ele corta a grama, limpa uma fossa, se tiver que cortar uma árvore ele corta, ir no mercado, ele faz tudo isso, ele faz como um pai faria na casa dele, então ele gosta. (Madalena)

As autoras, Mendes et al. (2005) discutem que diante do enquadramento globalizado do neoliberalismo, a categoria trabalho e seus direitos vem perdendo espaço para a categoria mercado. Antunes (2011) discute que a sociedade do capital descarta o trabalho estável e passa a dispor formas diversificadas de trabalho, fragmentando-o e tornando informal ou inexistente. Essa desproteção social e informalização do trabalho ocorre no âmbito dos pais sociais que não são reconhecidos em termos de direitos enquanto trabalhadores, estando desprotegidos das leis trabalhistas.

Ser pai social exige a implicação do educador residente nos processos primordiais como a decisão conjugal de não residir em suas próprias residências, na participação em algumas etapas dos processos seletivos e capacitações, na

manutenção da casa em que reside com a companheira contratada e na execução direta dos cuidados básicos aos acolhidos. Em relação à participação nas capacitações propostas pela empresa que contrata as educadoras residentes, a entrevistada Marta explica, que:

a gente tem as capacitações com a equipe aqui também, a gente tem como casal também, a gente tem capacitação. Na verdade, o pai entra junto né. Eu que sou contratada, mas o pai participa de tudo, então tem as capacitações só pros casais. (Marta)

A partir do relato da educadora torna-se possível verificar que os seus maridos acabam participando de toda a dinâmica de trabalho que o fazer dos educadores residentes envolvem. Todavia, os pais sociais possuem duplas jornadas de trabalho, pois além do seu trabalho externo em que são contratados, realizam os cuidados e exercem a “função de pai social” no formado intermitente quando retornam para suas casas e acabam realizando as folgas juntamente com as esposas contratadas. Quando questionadas sobre como os maridos se sentem diante desse cotidiano, as educadoras explicam que antes mesmo de enviarem os currículos ou serem indicadas para as vagas elas conversaram com seus companheiros sobre a proposta, pois a decisão se dá em conjunto. Assim, as educadoras acreditam que os maridos também gostem da sua função, como descreve Madalena:

[...] ele gosta também, ele faz o trabalho daqui ele corta a grama, limpa uma fossa, se tiver que cortar uma árvore ele corta, ir no mercado, ele faz tudo isso, ele faz como um pai faria na casa dele, então ele gosta. (Madalena)

As educadoras residentes relatam sobre as jornadas exaustivas de trabalho dos pais sociais, sobre os meios em que eles encontram para enfrentar as dificuldades que envolvem a função dos pais sociais. Ademais, as educadoras residentes trazem em suas falas que os pais consideram o seu trabalho nas casas lares como um voluntariado, explicando como acreditam que os maridos visualizam as atividades que executam na casa. Madalena e Sara contextualizam essas afirmações:

Então às vezes ele também não consegue até porque ele não é, ele não é contratado, né, ele é um voluntário, então ele fica, trabalha o dia todo e tem a canseira e tem isso, às vezes ele quer o momento dele, eu acho que talvez pra ele como pai, talvez é mais difícil do que pra mim. (Madalena)

[...] Para ele é tranquilo né só que tem dias que ele tá cansado, ele fica mais no canto dele, ele vai dormir, ele vai passear ou ele sai com a minha filha que a minha mesmo fica com as crianças em casa, mas ele participa muito. (Sara)

Os relatos das mães sociais sobre o trabalho vivenciado pelos pais sociais relacionam-se a características muito próximas do que será discutido posteriormente, acerca do sentido do trabalho das educadoras residentes. Seria, portanto, um trabalho realizado por um 'chamado a servir' ou então, em termos comuns ao terceiro setor: um "trabalho voluntário". Caldana e Figueiredo (2008) mencionam que "em diversos países, particularmente no Brasil, tem-se observado um estímulo crescente ao voluntariado como modo de democratização do Estado e de participação de todos os atores nos graves problemas sociais" (CALDANA; FIGUEIREDO, 2008, p. 468). Entretanto, Alves (2013) ressalta que o capitalismo é manipulatório na medida em que traz em sua forma uma base técnica da sociedade em rede². O autor ainda ressalta que

A vida reduzida é vida "capturada" na medida em que ocorre a introjeção de valores-fetiches do capital no sujeito que colabora. Na verdade, o tráfico social está assediado por imagens-valores que, como fetiches, se impõem à subjetividade de homens e mulheres que trabalham. A sociedade em rede é a sociedade do poder da ideologia que opera no plano da subjetividade humana. (ALVES, 2013, p. 241).

Desse modo, cria-se no imaginário que a participação voluntária da sociedade civil nas fissuras causadas pelo capitalismo é um meio de contribuir para a redução das desigualdades sociais do país. Para além disso, Caldana e Figueiredo (2008) discutem que o trabalho no capitalismo atual limita a construção da subjetividade através da identificação com o trabalho, fazendo com que os sujeitos busquem nesses espaços "a atuação e o exercício das práticas sociais, fazendo crescer movimentos que satisfaçam necessidades que o Trabalho, sob o capital, deixou de suprir" (CALDANA; FIGUEIREDO, 2008, p. 472).

É neste cenário que se encontram os pais sociais, que por meio do discurso do voluntariado desvalida sua atuação enquanto trabalhador. Todavia, talvez esse recorte traga à luz um dos desdobramentos da servidão voluntária, estando este

² Segundo Castells as redes constituem sobretudo "a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura." (CASTELLS, 1999, p.497)

trabalhador enquadrado em todos os quesitos como jornadas exaustivas, falta de limites entre trabalho e vida pessoal, decisão espontânea de flexibilidade e resiliência, aceitação da retirada de direitos trabalhistas e autodoação (VIEIRA; MARINHO; GHIZONI, 2018) porém, neste caso, sem o discurso do salário atraente, ou melhor, sem salário. Por fim, nessa seara de perversão e captura de subjetividades, a atuação voluntária se movimenta, mesmo com a precarização dessas vidas, no sentido da valorização dessas ações voluntárias como sendo importantes para preencher tais mazelas produzidas pelo capitalismo.

5.4 “ACHO QUE SÃO DUAS PALAVRINHAS CHAVES: CHAMADO E AMOR” – SOBRE O SENTIDO NO TRABALHO DE EDUCADORES RESIDENTES.

O que que eu vim fazer aqui? Eu vim fazer a diferença na vida dessas crianças, já perderam tanto, já tiveram tantas perdas e eu acho que agora chegou o momento de alguém acrescentar, nem que seja um pouquinho. (Madalena)

Historicamente, a execução direta das políticas sociais está ligada às instituições de cunho religioso. Apesar dos avanços advindos da implementação do Sistema único de Assistência Social (SUAS) e outras regulamentações que organizam e materializam o conteúdo da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), as ações caritativas e ‘assistencialistas’ ainda se fazem presentes e atuantes na assistência social, principalmente no terceiro setor.

O serviço de acolhimento institucional, modalidade casa lar, não é diferente do exposto anteriormente. As instituições, cujas educadoras residentes entrevistadas trabalham são instituições originadas de projetos vinculados a igrejas e possuem entre seus objetivos institucionais a espiritualidade pautada em princípios ‘bíblicos cristãos’. Dessa forma, as educadoras acabam conhecendo o trabalho de “mãe social” no seio das relações religiosas, durante cultos ou em conversas com amigos e conhecidos que frequentam a igreja.

Através de uma amiga nossa, e ela pediu pra mãe dela se ela não conhecia ninguém para indicar. E aí como nos congregamos na mesma igreja, ela lembrou de nós e como eu não estava trabalhando, ela perguntou se a gente não tinha interesse em mandar um currículo e aí a gente mandou o currículo né. (Rute)

É que a gente conhece desde o início né, desde a primeira casa. Porque ela faz parte da nossa igreja, da igreja batista então, foi a batista que iniciou o trabalho né. Então a gente conheceu desde o início e sempre tivemos envolvidos eu e meu esposo né. (Marta)

Apesar dos processos de recrutamento e seleção das equipes atuantes nas instituições estarem passando por um processo de reestruturação, com o intuito de profissionalizar a contratação devido às exigências das prefeituras que terceirizam o trabalho se evidencia, a partir das falas das educadoras residentes, que apesar de conhecerem a vaga por maneiras diferentes, na maioria dos casos acabam sendo indicadas por conhecidos nas igrejas que frequentam.

Três, das seis educadoras entrevistadas iniciaram na profissão através da indicação de amigas que já estavam trabalhando como mães sociais e acabaram convidando-as para ir até a casa conhecerem como funcionava o trabalho. A educadora Sara comenta que quando sua amiga a convidou para conhecer o trabalho no início, estranhou: *“no começo eu achei assim que ela era louca: o que ela quer? Não entendi isso! Aí muito curiosa eu fui visitar ela e ela me disse quando tu me visitar tu vais entender melhor”*

Após conhecerem a casa as educadoras foram convidadas para ‘tirarem folga’, ou seja, trabalhar na casa nos dias de folgas e nas férias das amigas que eram educadoras residentes. O fato de ‘tirarem folgas’ permite que as trabalhadoras que desconhecem o cotidiano da profissão possam experimentá-lo e acabam sendo contratadas pela instituição, posteriormente, quando vagas são disponibilizadas.

Duas educadoras residentes contextualizam que foram convidadas pelo próprio pastor da igreja, que identificou que os casais possuíam perfil para serem pais sociais, inclusive uma das educadoras participou até mesmo da construção da primeira casa lar, conforme comenta Raquel, ‘nós oramos desde a primeira casa, eu tava envolvida, nós ajudamos a limpar a primeira casa, montar tudo com os pastores, por cinco anos eu fui auxiliar dessa primeira casa’. E somente uma educadora entrevistada comenta que recebeu a notificação da vaga por um familiar, sem estar inserida em alguma instituição religiosa. Ela conta que foi por meio de um anúncio e por possuir experiência como educadora social em um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos que se interessou pela vaga, enviou um currículo e foi contratada.

Outra questão relevante sobre o ingresso na instituição refere-se ao sentido do trabalho para as educadoras. Segundo Dejours (1987), o trabalho precisa possuir um sentido para o trabalhador, para aqueles que ele convive e para a sociedade, sendo que o sentido do trabalho é formado tanto pelo conteúdo significativo em relação ao sujeito, quanto ao objeto. Para o autor, o conteúdo significativo do

trabalho em relação *ao sujeito* seriam as dificuldades práticas das tarefas, a significação da tarefa acabada e a posição social ao qual o trabalho o coloca.

Entretanto, é importante destacar que as transformações que o trabalho contemporâneo passa, implica mudanças para os sentidos atribuídos ao trabalho (COUTINHO, 2009). Nesse sentido Antunes (2000) discorre sobre o sentido do trabalho em uma perspectiva sociológica, considerando-o na realidade social, atual. Para, além disso, o autor enfatiza que não há um sentido na vida fora do trabalho, sem que se possua uma vida dotada de sentido dentro do trabalho:

Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Em alguma medida, a esfera fora do trabalho estará maculada pela desefetivação que se dá no interior da vida laborativa (ANTUNES, 1994, p. 86).

Dessa forma, quando questionadas sobre a escolha da profissão, as mães sociais a definem como um ato de amor ao próximo, sendo o ato relacionado à crença religiosa que cada educadora residente possui. Trata-se de um amor caritativo, acreditam que o sentido de suas vidas seja o seu trabalho, pois foram escolhidas por Deus para cuidarem daqueles que necessitam. Nesse caso, o sentido do trabalho proporciona claramente a construção da identidade pessoal e social dos trabalhadores, possuindo uma identificação subjetiva com aquilo que realizam (DEJOURS, 1987).

Amor ao próximo é porque assim, né, Deus ensina a gente, né, um dos mandamentos de Deus é amar o próximo né e eu me apaixonei pelo sentido do trabalho quando fui na casa dessa minha amiga e eu vi ali que eu podia me doar mais e em pouco tempo trabalhando aqui, vai fazer dois meses e eu já minha. (Sara)

Ah eu fui pegando o amor e vi que Deus tinha um propósito pra mim, de tentar trazer algo diferente para essas crianças. (Rute)

Além de um ato de amor ao próximo, as educadoras identificam a escolha do seu trabalho como sendo um 'chamado de Deus'. Como se Deus a tivessem escolhido para esta profissão e por isso conseguem executá-la. Acreditam que aqueles que não forem escolhidos por Deus para tal atividade não conseguirão permanecer. Deste modo, acreditar em uma recompensa espiritual e em um propósito divino torna-se o sentido do trabalho para as educadoras. Além disso, as educadoras verbalizam que financeiramente o trabalho não compensaria, porém por acreditarem que são escolhidas por Deus, para tal função consideram-se

recompensada pela oportunidade que possuem, conforme a seguinte fala: “muita gratidão por Deus ter me chamado, muita gratidão, muita gratidão por Deus ter me chamado justamente para cuidar eles” (Raquel).

Nota-se que prevalecem nas falas das educadoras discursos que naturalizam a ideia do trabalho como um chamado de Deus, sendo necessário possuir uma vocação para a atividade profissional. Neste sentido, o trabalho como vocação naturaliza a abnegação dos profissionais das suas próprias vidas em prol de uma doação e sacrifício. Antunes (2000), corrobora com a discussão afirmando que somente através de uma vida dotada de sentido no trabalho é que se encontra conexões importantes entre trabalho e liberdade. Com isso, o trabalho das educadoras também é identificado por elas como o sentido de suas próprias vidas não encontrando uma satisfação na recompensa financeira, mas sim na recompensa espiritual:

É um chamado, porque se tu analisar ali, a nível de salário, isso não paga. Porque se tu trabalhas numa fábrica tu ganha mais, as horas que tu trabalhas aqui fazendo serão tu ganha mais que isso... Então isso, não tem dinheiro que pague, tem que ser amor! Tem que ser chamado. (Madalena).

Para Weber (1967) o sentido do trabalho capitalista se volta para uma ética moral e cristã que se baseia na salvação e na vocação, cujo valor está voltado à dignificação do homem. O autor, em sua obra, ‘A ética protestante e o espírito do capitalismo’ explica que o termo vocação sempre esteve relacionado à religião Cristã, sendo melhor descrito por Lutero como “algo que o homem deve aceitar como uma ordem divina, a qual deve se adaptar. Esse aspecto é mais importante que a outra ideia também presente, de que o trabalho vocacional era uma tarefa, ou melhor, a tarefa confiada por Deus” (WEBER, 1967, p. 37).

A afirmação de Weber nos remete a uma discussão sobre as amarras e estratégias que o capitalismo utiliza para produzir sujeitos voltados para a produção e o trabalho. Segundo Foucault existe um investimento político no corpo que é investido por relações de poder e de dominação, sendo que sua constituição como força de trabalho só é possível se estiver preso num sistema de sujeição, cuidadosamente organizado de forma que o corpo se torne força útil e ao mesmo tempo produtiva economicamente e submisso (FOUCAULT, 2013). Dejours (1999) acrescenta que a organização do trabalho valoriza a disciplinarização dos corpos e

sua biodisponibilidade, de modo que é admitido como reservatório de força e poder, sendo o corpo, na organização do trabalho, um meio e não uma origem.

O caso das mães sociais olharem para sua profissão de forma vocacional pode colocá-las em um lugar em que não conseguem recusar a tarefa a elas destinada, ou de visualizar as dificuldades e condições do seu trabalho como parte deste propósito de Deus, conforme a seguinte fala: *“Foi, é um chamado, porque muitas vezes tu tem vontade de ir embora, tu fica perguntando, por que que eu tô aqui e o que que eu vim fazer aqui! Aí tu tem que te lembrar né.”* (Madalena).

Contudo, as educadoras residentes encontram em sua crença a motivação do seu trabalho e o sentido de suas vidas. Antunes afirma que para que o trabalhador tenha sentido em sua vida é necessário que encontre na esfera do trabalho o primeiro momento de realização (2000). Assim, por acreditarem que estão cumprindo o propósito de Deus e contribuindo para algo maior e transformador na sociedade, elas sentem-se pertencentes a um trabalho dotado de sentido.

5.5 “ENTÃO É ISSO, NÉ! ALGUMA MARQUINHA, ALGUMA COISA A GENTE DEIXA NELES” – DO SENTIDO AO RECONHECIMENTO NO TRABALHO DE EDUCADORAS RESIDENTES.

O sentido do trabalho trata-se de um conceito amplo, construído em contextos sócio-históricos possibilita aos trabalhadores a elaboração de uma identidade no campo social e na organização do trabalho. Além do processo identitário, o sentido no trabalho é fundamental para que exista saúde mental no mesmo. Dejours (2004) contextualiza que para encontrar o sentido no trabalho e transformar o sofrimento em prazer é imprescindível que exista o reconhecimento no trabalho. Para os autores Morin, Tonelli e Pilopas (2007), o reconhecimento é a fonte do sentido ao trabalho.

Para Dejours (2004) o reconhecimento no trabalho acontece de forma coletiva e para além de uma recompensa financeira, o reconhecimento trata-se do julgamento dos pares em relação ao engajamento no trabalho. Assim, o reconhecimento no trabalho seria “a forma específica de retribuição moral-simbólica dada ao ego como compensação por sua contribuição à eficácia da organização do

trabalho, isto é, pelo engajamento de sua subjetividade e inteligência” (DEJOURS; TONELLI, 2002, p. 55-56).

Em relação aos educadores residentes, além do sentido do trabalho estar diretamente relacionado às suas crenças pessoais e a ideia de serem escolhidos para realizar tal tarefa, também está interligado ao reconhecimento que as educadoras sentem pelo trabalho que produzem. No caso das educadoras residentes entrevistadas, o reconhecimento advém, principalmente, do retorno e resultado do trabalho que executam, sendo uma grande satisfação para os educadores quando visualizam “as transformações” que ocorrem na vida das crianças e adolescentes que residem provisoriamente com eles.

Quando questionada sobre o reconhecimento no trabalho, a educadora Marta comenta sobre sentir satisfação na seguinte ocasião: “*No momento que eu vejo que eles estão mudando de vida, que eles estão, também, tentando mudar, que vêm os elogios da escola e que as pessoas dizem nossa, eles estão muito bem.*” (Marta). Para Maria, os elogios que recebe da escola também são fundamentais e motivo de alegria:

O que me deu assim foi ver as escolas, né, falando que as crianças não pareciam ser crianças de Casa Lar. Então deu uma resposta muito grande nas escolas, né. Nos atendimentos também, eles notaram. Então não só eu notar, mas as pessoas verem a diferença na vida deles né. E eles também notaram e falaram assim como sentiram a diferença, porque o olhar deles o pensar deles é diferente agora, para vida para tudo o olhar deles e como eles estão vendo as coisas realmente deu alegria! [...] Dá um gás mesmo! Eu estou cansado com tudo isso que tu me perguntou, aí quando tu ver né chega final do ano as escolas assim, né, na vida de todos, né, eles ficam maravilhados falando isso te dar um gás então, para continuar. Através disso de ver o outro lado do que poderia ser e eles fazerem escolhas diante disso, e o meio onde eles frequentam, onde eles estão notarem a diferença isso para mim foi muito bom foi muito relevante né para o trabalho (Maria).

Na fala acima, a educadora narra que por mais que se sinta cansada com ‘tudo’, ser reconhecida pela comunidade escolar renova as energias para a execução do seu trabalho. O resultado do engajamento da educadora torna-se um importante fator de saúde à medida que todo o esforço e sofrimento investido no trabalho tornam-se recompensados e validados. Corroborando, Mendes (2007) menciona que a “valorização do esforço e do sofrimento investido para a realização do trabalho, que possibilita ao sujeito a construção de sua identidade, traduzida efetivamente por vivência de prazer e de realização de si mesmo” (MENDES, 2007, p. 44).

Diante da convivência diária com as crianças e os adolescentes, as educadoras residentes estabelecem vínculos afetivos significativos. Todavia, para as “mães sociais”, receber um bilhete, um abraço ou até mesmo momentos de conversa se tornam momentos de prazer no trabalho, pois evidenciam nas ações das crianças e adolescentes um retorno afetivo do seu empenho. Comentam que a maioria das crianças, ao chegar no acolhimento, possui dificuldades em demonstrar seus sentimentos e “conviver como uma família”, pois a maioria não vivenciou experiências parecidas anteriormente.

Tu vê que tu acrescenta, que nem as vezes eu recebo um bilhete, recebo alguma carta, que nem eu recebi final do ano, dizendo foi muito bom ta aqui, foi muito bom ter eu como mãe e assim palavras de coração não era uma coisa assim, ai te amo gosto de ti, não. Era uma coisa assim, que abria o coração e falou mesmo e a gente sabe a história do menino, então é uma coisa assim bem forte. Então se tu consegui mudar um, pra mim já é uma coisa gratificante, claro que tu vem pra mudar os dez né, mais se um dois, três tiver uma diferença pra melhor... (Madalena)

Ah eu gosto de quando a gente tá todos juntos tomando chimarrão, estar na praia com eles. Quando a gente tá assistindo um filme, aquele filme toca, aí um olha para o outro a gente tá tudo chorando. Eu gosto quando eles estão comendo, estão gratos por aquilo que tem, eu gosto muito quando eu tô deitada eles vem lá na cama me acordar. Eu gosto muito até quando a gente briga às vezes discordam e eles vêm assim depois e dizem: bá peguei pesado e a gente pode conversar! Eu gosto muito que a gente tá em silêncio juntos, às vezes a gente tá todo mundo quietinho, junto, e é uma família. (Raquel)

O reconhecimento no trabalho é fundamental para que os sujeitos construam seus significados, tornando-se um mediador entre a relação do sujeito com o outro no contexto de trabalho, permitindo inscrevê-lo numa história coletiva e em circuitos de utilidade (valor) e beleza (qualidade) (BENDASSOLLI, 2012). Nesse aspecto, o reconhecimento dos pares torna-se imprescindível para a efetivação do reconhecimento no trabalho “quem foi reconhecido pela contribuição que trouxe à organização por seu trabalho pode, eventualmente, voltar esse reconhecimento de seu saber-fazer para o registro de sua identidade” (GERNET; DEJOURS, 2011, p. 66-67).

Por conseguinte, as educadoras residentes apontam sobre os momentos em que são reconhecidos pelas chefias, pelas suas próprias colegas educadoras residentes e demais colegas que atuam na instituição como motoristas e equipe técnica. Torna-se motivo de elogios, desde a organização e a boa administração da casa, até as mudanças comportamentais das crianças e adolescentes que os colegas de trabalho visualizam na convivência:

Às vezes a gente fica até com vergonha, eu fico meio assim porque eu penso assim não tá tudo normal as pessoas falam aí o que tu fez que a tua casa tá maravilhosa eu digo nada é Deus às vezes eu me sinto com vergonha, né porque eu tenho aquela coisa, eu não sou mais que as outras pessoas eu não sou melhor que minha casa é mais bonita é melhor E aí eu sempre digo é mérito de Deus. (Rute)

Agora no passeio em que eles foram os dois menores, o motorista: ah pode dizer lá pra mãe que foi tudo direitinho, que eles se comportaram, isso também dá uma satisfação na gente, que lá fora eles tão começando a mudar, ser obedientes, ser educados, fazer as coisas direitinho. (Marta)

Na fala de Marta, se evidencia a satisfação que ela sente quando o motorista, seu colega de trabalho, envia um recado informando que as crianças cumpriram com os combinados. Nessa perspectiva, Mendes (2008) aponta que quando o trabalho provoca o entusiasmo, aumenta a tolerância do sujeito com o trabalho precarizado, gerador de sofrimento. Gernet e Dejours complementam que em decorrência do reconhecimento, o trabalho deixa de alicerçar-se na produção de bens, para “se transformar em si mesmo” (GERNET; DEJOURS, 2011, p. 66-67).

No que tange ao reconhecimento no trabalho das educadoras residentes é imprescindível às trabalhadoras o reconhecimento recebido das crianças e dos adolescentes acolhidos, dos colegas de trabalho, como também da comunidade em que estão inseridas. É diante desta dinâmica de relações de trabalho e reconhecimento que as educadoras sociais constroem sua identidade social, ocupando através do seu trabalho lugares de pertencimento e reconhecimento na sociedade, através do reconhecimento de seus pares e também da percepção de utilidade social, como apontado por Dejours:

(..) o reconhecimento esperado pelo trabalhador, é em primeiro lugar, o dos colegas, que são os mais indicados para apreciar a natureza e a boa qualidade dessa contribuição. O reconhecimento também deve relacionar-se a alguma utilidade econômica, social. (DEJOURS, 1999, p.30).

Sendo assim, as educadoras pesquisadas ressaltam que se sentem colaborando socialmente quando percebem que através do seu investimento e engajamento no trabalho, as crianças demonstram mudanças em seus comportamentos, contribuindo para a ‘transformação social’. Madalena comenta que um dos motivos de felicidade em seu trabalho é encontrar um menino que ela cuidou enquanto mãe social e perceber que o menino não virou um ‘delinquente’ como muitos acreditavam: “*menino que tinha tudo pra virar um menino delinquente e hoje o menino tá na perspectiva de ser alguém, de fazer uma faculdade, e aí a*

gente sonhando, fazendo ele sonhar junto” (Madalena). Maria e Rute também referem sobre o impacto do seu trabalho na sociedade:

Isso para gente é gratificante, eu fui numa formatura que teve e tinha um menino também que tava lá que ele era da nossa casa e esse menino pediu muito seu pai não podia ir ver ele e na terça-feira o meu marido foi no lá, levou uma caixinha de bis para ele e para o outro nosso menino que tava lá também, então meu marido disse que se sentiu muito feliz que entrava no evento para ver os meninos eles olharem e dizer assim pai e vim correndo abraçar eles. Então é isso, né, alguma marquinha, alguma coisa a gente deixa neles. (Rute)

Fazer a diferença para o adolescente para criança o que a gente vê hoje as pessoas reclamam. Olha como tá a sociedade, olha aqui, olha isso, olha o que esses guri fazem. Olha o que os adolescentes fazem ou isso aquilo. Olha como tá ficando uma sociedade horrível, antigamente não era assim, então as pessoas só reclamam, ninguém faz nada, não tem ninguém que faça algo e quando abriu essa oportunidade para mim fazer algo de tudo aquilo que eu achei ruim, que eu não concordo, então quando abre oportunidade para mim fazer a diferença eu vim eu aceitei, né fazer a diferença e foi feita né. (Maria)

Apesar das educadoras narrarem episódios de sofrimento no trabalho, através do reconhecimento o trabalhador torna-se dotado de sentido e prazer. Ao contrário do exposto, em um trabalho “sem reconhecimento só há sofrimento patológico e estratégias defensivas sem reconhecimento haverá inevitável desmobilização” (DEJOURS, 2004, p. 214), conduzindo a processos de despersonalização e adoecimento dos trabalhadores. Contudo, pela via do reconhecimento as educadoras atingem suas expectativas relacionadas à realização pessoal, edificando sua identidade no campo social e permitindo a transformação do sofrimento em prazer.

5.6 “EXISTE MUITA SINCERIDADE ENTRE NÓS AS MÃES” – A COOPERAÇÃO ENTRE AS EDUCADORAS RESIDENTES COMO FATOR DE SAÚDE NO TRABALHO.

Em um dos seus livros, Dejours afirma que “a saúde não é certamente o bem-estar psíquico. A saúde é quando ter esperança é permitido” (DEJOURS, 1987, p.9). Conforme Dejours, verifica-se que no caso das educadoras residentes, os encontros e momentos de compartilhamento do trabalho entre elas acaba se tornando uma fissura de esperança em meio às dificuldades do cotidiano, afinal, o trabalho precarizado e o seu consecutivo adoecimento está intimamente ligado ao processo de individualização do trabalho e a ruptura das redes de solidariedade (ANTUNES, 2018). Assim, a colaboração e a solidariedade entre os trabalhadores

são fundamentais para a transformação do sofrimento em prazer, bem como os espaços de escuta coletiva corroboram para a mobilização coletiva na busca por mudanças.

Destarte, os espaços de trocas das mães sociais ocorrem nos encontros em que elas participam nas capacitações em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) do município e nas reuniões realizadas pela equipe técnica (psicólogo e assistente social) da instituição contratante. O objetivo primordial das reuniões organizadas pela SDS refere-se à capacitação dos trabalhadores do SUAS, balizada pela Política de Educação Permanente do SUAS, que visa além de “desenvolver habilidades específicas, também problematizar os pressupostos e os contextos dos processos de trabalho e das práticas profissionais realmente existente” (BRASIL, 2013, p 30). Tornando-se um espaço para a construção de soluções e críticas sobre as práticas profissionais.

Assim ó a gente fez acho que deu uns quatro meses uma capacitação assim um curso na SDS de assistente social e educador assistente e a gente tem a gente tem capacitação no lar e a gente faz grupos a gente participa de reuniões também outra coisa que sim que a gente participa. (Rute)

Sim quando eu comecei a trabalhar no Lar eu tive duas capacitações né que esse ano já tava no finzinho mas agora no ano que vem eu já começo desde o início como eu te falei faz dois meses que eu tô aqui já tava tendo essas capacitações o ano todo e eu participei das duas últimas então agora ano que vem vai começar todo esse trabalho onde já estou incluída no grupo e então vai começar. (Sara)

Os grupos de mães e pais sociais organizados pelas equipes técnicas das instituições também aparecem na fala das educadoras como momentos para discutir sobre o trabalho, mas também de reconhecimento entre as mães. Nota-se que através destes grupos as trabalhadoras dividem seus desafios e compartilham conhecimento, discutindo seus processos de trabalho. Além disso, as educadoras também relatam se sentirem apoiadas pela equipe nos momentos que necessitam de suporte, não se referindo ao desamparo institucional. As narrativas que seguem não deixam dúvidas sobre este reconhecimento.

Assim quando tá muito punk, eu pego a ajuda da psicóloga né, eu tô conversando com ela né, daí ela tá me direcionando algumas coisas, porque tem coisa que tu vem assim, da tua cultura também né, do teu modo de ser. (Madalena)

Foi aqui da instituição foi com a psicóloga sem social eles explicaram o que é ser mãe social, como a gente deve lidar com as crianças, eles fazem sempre uma dinâmica de coisas que a gente queria que a gente ia botar numa mala para o final do ano e que a gente queria tirar da mala para nós 2020 aí foi bem legal, aí eu vou tirar meu papelzinho, cada um tirava um papelzinho diferente tipo de

exame que faz que depois, daí a gente conversa sobre aquilo, é aonde a gente consegue se expor, colocar para fora os sentimentos, aquela angústia daquelas preocupações, daí a psicóloga e também assistente social tá junto a gente consegue conversar, né. No grupo de mães aí a gente percebe que não é só a gente que tem uma dificuldade, outras mães também tem as suas dificuldades, né, isso acaba de uma certa forma nos ajudando, né, nos fortalecendo e a gente acaba aprendendo umas com as outras porque é como diz a psicóloga para, não te preocupa em acertar tudo, ninguém é perfeito. A gente tem que ir para ajudar e é isso que me deixa calma assim, que eu sei que se eu precisar de qualquer coisa eu posso contar com eles né. (Sara)

Eles são muito bons para as mães, eles dão assistência esses dias eu liguei chorando para psicóloga por causa de uma situação aqui em casa daí eu pensei Ah eu acho que não tô fazendo meu trabalho direito aí ela disse não fica assim calma pode chorar Vamos marcar um dia para conversar então eu já fui um dia conversar com a psicóloga sabe e chorar eu disse para ela vim aqui chorar minhas mágoas para ela eles dão atenção assim para as mães Eu acho bem legal. (Rute)

Apesar do trabalho das educadoras sociais ser muito solitário no dia a dia, contando apenas com o suporte de uma auxiliar ou com o pai social após o seu horário de trabalho, evidencia-se que as educadoras construíram grupos de apoio e solidariedade entre elas, independente da instituição que atuam. A cooperação entre as educadoras residentes é fundamental para a manutenção de sua saúde mental, pois através da busca ativa uma das outras elas discutem as dificuldades no manejo, aspectos do desenvolvimento e comportamental dos acolhidos trazidos por elas como questões de sofrimento no trabalho. Todavia, além das trocas de experiências, esses encontros atuam como espaços de apoio e pertencimento entre as trabalhadoras.

Então a gente é reconhecida entre os colegas. As mães também a gente se dá super bem, eu fiz isso com meu filho deu certo, faz isso também. A gente tem essa relação tri boa também. Uma ajuda a outra, tá faltando isso, não vem aqui que eu te empresto, essas coisas é também bem legal, e a gente também se coloca assim: às vezes tem criança que querem fazer fofoquinha e a gente, não. Não vamos dar andamento, e as crianças também sabem que não venham falar mal de uma mãe ou da outra. [...] existe muita sinceridade entre nós as mães. (Marta)

Ligações grupo de mães (coletivo) mas assim as próprias mães, até a mais antiga que a Raquel, ela me ajudou muito. (Rute)

A gente tem uma boa relação, que nem agora a gente teve o passeio para a serra foi um dia todo dedicado para nós. (Marta)

Embora a solidariedade, reconhecimento entre as educadoras residentes e o apoio da equipe técnica atuem como movimentos de saúde no contexto de trabalho das casas lares, evidencia-se que as mães residentes não possuem um espaço público de fala construído pelas próprias trabalhadoras e que problematizem a organização do trabalho. Conforme Mendes (1995) menciona, o espaço público é essencial, pois ele “representa o espaço da fala, da expressão coletiva do

sofrimento e da busca de mecanismos de transformação da situação vigente” (MENDES, 1995, p.35).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se verifica, é que, independentemente do vínculo que cada mãe estabelece com a profissão, elas são contratadas prioritariamente como uma **solução de um sintoma social**, acolhendo cada criança, não em sua particularidade, mas sua situação de **abandono**. (FIGUEIREDO, 2006, p.76).

A profissão, educador residente tornou-se um objeto de estudo, por sua particularidade, escassez de estudos nesta área e uma certa estranheza causada na medida em que se visualiza um nó que entrelaça profissão e vínculos familiares. Na seara das desigualdades que o capitalismo produz visualiza-se, acentuadamente, desmontes nas políticas públicas e, conseqüentemente, a violação dos direitos. Acontece que os educadores residentes em sua maioria, a partir de uma atuação pautada na caridade, exercem um trabalho que, sobretudo, visa preencher tais mazelas sociais, mesmo que por meio de um trabalho precarizado.

A profissão de educador residente, por se encontrar no âmbito do terceiro setor, espera possibilitar através da prática uma crítica às tensões causadas pelo sistema capitalista. Entretanto, o capitalismo se desloca de maneira tão engenhosa, que até mesmo os que estão à frente da execução direta das políticas sociais não se contrapõem ou demonstram resistência a tal sistema, apenas se tornam mais um ator que padece nesse cenário.

Portanto, pensar na prática dos educadores residentes é retomá-los, sobretudo, como trabalhadores, por mais que exista uma tentativa de reconhecê-los como pais ou mães, assumindo naturalmente suas funções parentais. Tendo em vista que o trabalho assume centralidade na vida dos sujeitos, sendo um importante balizador tanto para a saúde mental, quanto para o adoecimento físico e psíquico, cabendo a esse estudo dar visibilidade ao cotidiano e trabalho de educadores residentes em casas lares, os efeitos em sua saúde e modos de viver.

Sendo assim, as educadoras residentes relatam um trabalho intermitente, onde o trabalho se tornou sua própria casa, visto que realizam visitas em sua casa, tendo direito a quatro dias de folga no mês. O trabalho das mães sociais perpassa a organização e a administração da casa... limpeza, compras, organização, o exercício do cuidado, da proteção e do afeto àqueles que estão afastados do convívio da família de origem. As exigências dessa atuação não põem em análise

os empenhos físico e subjetivo que não cessam e imbricam tamanha relação com o trabalho, que os maridos e filhos biológicos participam dele. Além disso, o cotidiano de trabalho das mães sociais traz à luz a atribuição do cuidado que a figura feminina realiza os 'afazeres domésticos e cuidados com os filhos' enquanto o marido trabalha fora.

Nesse contexto, as educadoras acabam apresentando com normalidade a dedicação a um trabalho que exige tamanha demanda e sobrecarga, abordando-se a 'normalidade' enquanto objeto de estudo no campo das estratégias desenvolvidas pelas trabalhadoras na luta contra a doença mental e os sofrimentos patogênicos relativos ao trabalho (DEJOURS, 2004). Assim, foi suposto que a afirmação das educadoras da constituição de uma família compõe uma ideologia de defesa. A ideologia de defesa atua como resistências construídas por um processo de alienação que requer uma negação ou construção fantasiosa coletiva dos reais problemas relacionados ao trabalho. Diante disso, as educadoras colocam em risco sua saúde mental, uma vez que banalizam as injustiças sociais do trabalho e não se reconhecem enquanto trabalhadoras.

Como proposta metodológica inicial, pensou-se em realizar uma entrevista com os educadores residentes 'pais sociais', porém eles não eram considerados trabalhadores formais, o que emergiu um eixo temático de discussão, em que se abordou, sobretudo, sobre as facetas do voluntariado e as novas formas de servidão voluntária. Todavia, no seio do sentido do trabalho das educadoras, verificou-se um forte cunho religioso que permeia a motivação da escolha até a manutenção do trabalho cotidiano. Buscou-se trazer para discussão o quanto o viés religioso tornando-se uma das amarras utilizadas pelo sistema capitalista, como também, pela organização do trabalho, a fim de garantir a exploração máxima em prol de uma produtividade exacerbada.

O reconhecimento no trabalho é fundamental tanto para os processos da construção da identidade no trabalho, quanto para a saúde, sendo uma forma de realização do "eu" no campo social (GERNET; DEJOURS, 2011). No que tange ao reconhecimento, as educadoras residentes expõem o reconhecimento advindo da 'mudança comportamental' dos acolhidos, elogios que recebem da escola, dos próprios colegas de trabalho, as formas de gratificação proporcionadas pela empresa, como por exemplo o passeio que realizaram. Outro fator importante de saúde evidenciado foi a colaboração existente entre as trabalhadoras. A

solidariedade é vista como uma potência, entretanto ainda não há espaços de falas coletivas que visem a avaliação e a transformação da organização do trabalho.

Notou-se que a impossibilidade de realizar a observação participante e o diário de campo em decorrência do isolamento social não permitiu uma maior proximidade do contexto pesquisado. Entretanto, a proposta de entrevista narrativa possibilitou que as educadoras residentes trouxessem em suas falas uma descrição mais ampla sobre seu trabalho. Com isso, dar visibilidade aqui, significou falar e ouvir sobre esses trabalhadores, possibilitando que eles se ouvissem, além de discutir criticamente sobre essa profissão que não é pautada com a devida importância, mas que preenche lacunas sociais importantíssimas em nossa sociedade. Os imprevistos não foram todos impeditivos para chegar-se o mais próximo possível desse contexto de vida e trabalho. Espaços nos quais a vida pulsa entre alegrias, sofrimentos e abandono de suas próprias vidas como forma de manter os trabalhadores incluídos em um escasso e desigual mercado de trabalho marcado pela hiper-exploração não apenas da classe trabalhadora, mas de suas próprias famílias. Espera-se que esse estudo contribua no sentido de alçar novos olhares e estudos para esta realidade que envolve trabalhadores, crianças e jovens que necessitam de atenção das esferas políticas e sociais.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho – a questão social no século XXI. **Textos & Contextos**, v. 12, n. 2, p. 235-248, jul./dez. 2013.

ANDRADE, R. **Manifestações críticas: Marx e seu método, o enfrentamento da questão social, as “parcerias” e o financiamento de serviços socioassistenciais.** Vila Velha: Quatro irmãos, 2013.

ANTUNES, C. **A Escola do Trabalho: formação humana em Marx.** Campinas: Papel Social, 2018.

ANTUNES, R. **O que é sindicalismo.** 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Os modos de ser da informalidade: Rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social e Sociedade**, 107, 405-419, 2011. DOI:10.1590/S0101-66282011000300002

_____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Coronavírus [recurso eletrônico]: o trabalho sob fogo cruzado.** 1. ed. São Paulo: Boi Tempo, 2020.

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1973.

ASSIS, S.; FARIAS, L. (orgs.). **Levantamento nacional de crianças e adolescentes em serviço de acolhimento.** São Paulo: Hucited, 2013.

ASSUNÇÃO A. A.; OLIVEIRA D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educ. Soc.**, v. 30, n. 107, p. 349-372, 2009.

BARBARA, M. M. Reestruturação produtiva, qualificação, requalificação e desemprego: percepção e sofrimento do trabalhador. **Psicol. cienc. prof.**, v. 19, n.1, p. 30-49, 1999. DOI: 10.1590/S1414-98931999000100004

BARROS, M. **Meu quintal é maior que o mundo.** São Paulo: Planeta, 2014.

BASSOLI, E. N. **Vivências de prazer e sofrimento no trabalho do educador social de casas de acolhimento.** UFMS, 2017. 128f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2017.

BATTISTELLI, B. M. **Carta-grafias: entre Cuidado, Pesquisa e Acolhimento**. UFRGS, 2017. 257 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BENDASSOLLI, P. F. Reconhecimento no trabalho: perspectivas e questões contemporâneas. **Psicologia em Estudo**, v. 17, n. 1, p. 37-46, jan./mar. 2012. DOI:10.1590/S1413-73722012000100005.

BERNARDI, C. M. C. N. A Formação em Psicologia: Ética, diretrizes curriculares e direitos humanos. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL, 4., FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 7., 2010, Torres. **Anais...** Torres: Ulbra, 2010.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods & Research**, v. 10, n. 2, p. 141-163, 1981. DOI: 10.1177/004912418101000205

BRASIL. Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987. Dispõe sobre a Regulamentação da atividade de Mãe Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 21 dez. 1987.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, 16 set 1990, p. 13563 – 13577.

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília: CONANDA/CNAS, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS**. 1ª ed. Brasília: MDS, 2013. 57p.

_____. Ministério da Cidadania. **O que é**. Brasília: SEDS, 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e>. Acesso em: 20 mai. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio – DÚVIDAS**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem_08. Acesso em: 04 jun. 2018.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Cadastro Nacional de Adoção**. Brasília: CNJ, 2019. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>. Acesso em: 20 mai. 2019.

BUTIERRES, M. C. **O direito à Saúde do trabalhador e a convenção de 187 da OIT: elementos para uma transição de paradigma na prevenção**. UFRGS, 2015. 154f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CAGNANI, L. J. R. P. **O trabalho do psicólogo no abrigo institucional**. 1. ed. São Paulo: Zagdoni, 2016.

CALDANA, A. C. F.; FIGUEIREDO, M. A. de C. O Voluntariado em Questão: a Subjetividade Permitida. **Psicologia ciência e profissão**, v. 28, n. 3, p. 466-479, 2008. DOI: 10.1590/S1414-98932008000300003.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, C. R. N. **A relação do processo de trabalho de enfermagem com o adoecimento desses profissionais: uma pesquisa bibliográfica**. UFRGS, 2010. 40f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Saúde Pública) – Departamento de Medicina Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CHESNAIS, F. (Org.) **A Finança Mundializada**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

CODO, W. **Por uma psicologia do trabalho: Ensaio recolhidos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

_____. Um diagnóstico integrado do trabalho com ênfase em saúde mental. In: JACQUES, M. G.; CODO, W. (org.). **Saúde Mental e Trabalho**. Cap. 8. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

COIMBRA, C. M. B. Psicologia, Direitos Humanos e Neoliberalismo. **Revista Psicologia Política**, v. 1, n. 1, p 139-148, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/cnca/publico/>. Acesso em: 29 abr. 2018.

CORDEIRO, M. P.; SATO, L. Psicologia na política de assistência social: trabalho em um “setor terceirizado”. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 34, n. 1, p. 41-52, jan/mar, 2017. DOI: 10.1590/1982-02752017000100005.

CORTEZ, P. A.; SOUZA, M. V. R.; AMARAL, L. O.; SILVA, L. C. A. A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente. **Cad. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 2017. DOI:10.1590/1414-462x201700010001.

COSTA, M. C. M. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v. 1, n. 2, Resenha 2, 2006.

COUTINHO, M. C. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, v. 12, n. 2, 2009.

DALLARI, D. de A. Direitos humanos: sessenta anos de conquistas. In: DALLARI, D. de A. et al. **Revista Direitos Humanos**, v. 01, n. 01, p. 6-11, 2008.

DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho**: Estudo de Psicopatologia do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. **Conferências Brasileiras**: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho. São Paulo: Fundap; EAESP/FGV, 1999.

_____. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 27-34, set/dez. 2004. DOI: 10.1590/S0103-65132004000300004.

_____. Avaliação do trabalho submetida à prova do real – Crítica aos fundamentos da avaliação. In: SZNELWAR, L. I.; MASCIA, F. L. **Trabalho, Tecnologia e Organização**. São Paulo: Editora Blucher, 2008.

_____. Psicopatologia do trabalho – psicodinâmica do trabalho. **Laboreal**, v. 7, n. 1, p. 13-16, 2011.

_____. **Psicodinâmica do trabalho**: casos clínicos. Porto Alegre – São Paulo: Dublinense, 2017.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. **Itinéraire Théorique en Psychopathologie du Travail**. 20 ed. Paris: Revue Prevenir, 1990.

DEJOURS, C.; TONELLI, M. J. **O fator humano**. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

DINIZ, I. A.; ASSIS, M. O.; SOUZA, M. F. S. Crianças institucionalizadas: um olhar para o desenvolvimento socioafetivo. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 3, n. 5, jan./jun. 2018.

FALCONER, A. P. **A Promessa do Terceiro Setor**: um estudo sobre a construção do papel das Organizações Sem fins Lucrativos e de seu campo de gestão. USP, 1999. 205 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Curso de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FALEIROS, V. P.; FALEIROS, E. S. **Escola que protege**: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministérios da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

FERNANDES, R. C. **Privado, porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERREIRA, F. C. **Mediação pedagógica no acolhimento institucional e as práticas socioeducativas com crianças e adolescentes nas relações de conflitos**. UNISINOS, 2014. 125 F. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

FIGUEIREDO, N. R. "**Mãe social**": um estudo psicanalítico sobre a opção profissional de ser mãe. PUCMG, 2006.193 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA, F. F.; SENA, R. K. R.; SANTOS, R. L. A.; DIAS, O. V.; COSTA, S. M. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Rev. paul. pediatr.**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 258-264, jun. 2013. DOI:10.1590/S0103-05822013000200019.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2013.

FREDERICO, C. **Consciência Operária no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1979a.

_____. **A Vanguarda Operária**. São Paulo: Editora Símbolo, 1979b.

GAULEJAC, Vincent de. A NGP: a nova gestão paradoxal. In: BENDASSOLLI, Pedro F.; SOBOLL, Lis A. P. (org.). **Clínicas do trabalho**: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo. Atlas, 2011.

GERNET, I.; DEJOURS, C. Avaliação do trabalho e reconhecimento. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. (orgs.). **Clínicas do trabalho**. (pp. 61-70). São Paulo: Atlas, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, M. G. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2008.

HABIGZANG, L. F., RAMOS, M.S., KOLLER, S.H. A revelação de abuso sexual: as medidas adotadas pela rede de apoio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, n. 4, p. 467-473, 2011. DOI: 10.1590/S0102-37722011000400010.

HALLACK, F. S.; SILVA, C. O. A reclamação nas organizações do trabalho: estratégia defensiva e evocação do sofrimento. **Psicol. Soc.**, v. 17, n. 3, set./dez. 2005. DOI:10.1590/S0102-71822005000300011.

HELOANI, R. **Organização do trabalho**: Uma visão multidisciplinar. São Paulo: Cortez, 2002.

HUNT, L. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JACQUES, M. G. O nexos causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a psicologia. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. spe, p. 112-119, 2007. DOI: 10.1590/S0102-71822007000400015.

JACQUES, M. G.; CODO, W. (org.). **Saúde mental e trabalho**: leituras. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

LANCMAN, S.; JARDIM, T. A. O impacto da organização do trabalho na saúde mental: um estudo em psicodinâmica do trabalho. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 15, n. 2, 2004.

LANCMAN, S.; SZNELMAN, L. I. (orgs.) **Christophe Dejours**: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Brasília: Paralelo 15, 2004. 346 p.

LANCMAN, S., UCHIDA, S. Trabalho e subjetividade. **Cad. Psicol. Soc. Trab.**, v.6, p.77-88, 2003.

LEMOS, S. C. A.; GEHELE, H. H. L.; ANDRADE, J. V. Os Vínculos Afetivos no Contexto de Acolhimento Institucional: Um Estudo de Campo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 33, e3334, p. 1-10, 2017. DOI:10.1590/0102.3772e3334.

LIMA, A. O. M. N. **Ser mãe eu sei, o que agora falta é social**: sobre o processo de constituição de identidade profissional no acolhimento institucional de crianças. UFU, 2009. 195 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro I, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, B. C. D. **A compreensão de crianças em situação de acolhimento institucional acerca dos seus direitos**. UFRN, 2015. 276 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

MEDEIROS, B. C. D.; MARTINS, J. B. O Estabelecimento de Vínculos entre Cuidadores e Crianças no Contexto das Instituições de Acolhimento: um Estudo

Teórico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 1, p. 74-87, jan/mar. 2018. DOI: 10.1590/1982-3703002882017.

MEDEIROS, S. N. de; MARTINS, S. R.; MENDES, A. M. Sofrimento e defesa: análise psicodinâmica do trabalho de monitoramento aéreo de trânsito. **Trivium** [online], v. 9, n. 1, p. 74-90, 2017. DOI: 10.18379/2176-4891.2017v1p.74.

MENDES, A. M. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. **Psicol. cienc. prof.**, v.15, n.1-3, 1995. DOI:10.1590/S1414-98931995000100009.

_____. Novas formas de organização do trabalho, ação dos trabalhadores e patologia sociais. In: MENDES, A. M. **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

_____. (Org.). **Trabalho e saúde: o sujeito entre emancipação e servidão**. Curitiba: Juruá, 2008.

MENDES, J. M. R. **O Verso e o Anverso de uma História: o Acidente e a Morte no Trabalho**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MENDES, J. M. R.; OLIVEIRA, P. A. B.; ALMEIDA, R. S.; SANTOS, F. K. Política de saúde do trabalhador e as transformações no mundo do trabalho. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2, 2005, São Luis. **Anais...** São Luís: UFMA, 2005 -

MENDES, J. M. R.; WÜNSCH, D. S. Elementos para uma Nova Cultura em Segurança e Saúde no Trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 32, n.115, p. 153-163, 2007.

MENDES, J. M. R.; WÜNSCH, D. S.; NETZ, J. Cidadania por Dentro: o Acolhimento aos Trabalhadores Bancários. In: NETZ, J. A.; OLIVEIRA, P. A. B. **Teatro de Sombras: Relatório da Violência no Trabalho e Apropriação da Saúde dos Bancários**. Porto Alegre: SindBancários Publicações, 2011.

MERLO, A. R. C. **A Informática no Brasil: prazer e sofrimento no trabalho**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1999.

MERLO, Á. R. C.; BOTTEGA, C. G.; PEREZ, K. V. (Org.). **Atenção ao sofrimento e ao adoecimento psíquico do trabalhador e da trabalhadora: cartilha para profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

MERLO, Á. R. C.; LAPIS, N. L. A saúde e os processos de trabalho no capitalismo: reflexões na interface da psicodinâmica do trabalho e da sociologia do trabalho. **Psicol. Soc.**, v. 19, n. 1, p. 61-68, abr. 2007. DOI: 10.1590/S0102-71822007000100009.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Brasil entra em lista da OIT sob acusação de violar normas trabalhistas internacionais.** 2018. Disponível em http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt-noticias/8ba41221-525d-4d3a-9a50-978eeb3fdd98. Acesso em: 04 jun. 2018.

MONTAÑO, C. E. O projeto neoliberal de resposta à 'questão social' e a funcionalidade do 'terceiro Setor'. **Revista Lutas Sociais**, n. 8, p. 53-64, 2002.

_____. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAES, R. **Neoliberalismo:** de onde vem, para onde vai?. São Paulo: SENAC, 2001.

MORIN, E. I.; TONELLI, M. J.; PLIOPAS, A. L. V. O trabalho e seus sentidos. **Psicol. Soc.**, v.19, n. spe, 2007. DOI:10.1590/S0102-71822007000400008.

NARDI, H. C. Saúde do trabalhador, subjetividade e interdisciplinaridade. In: MELO, A. R. C. (org.). **Saúde e trabalho no Rio Grande do Sul:** realidade, pesquisa e intervenção. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. **Ética, Trabalho e Subjetividade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

OLIVEIRA, D. R.; UZIEL, A. P. Mãe social: a construção de um paradigma de cuidado materno nos espaços de acolhimento institucional. **Desidades**, n. 12, a. 4, p. 17-28, 2016.

OLIVEIRA, P. A. B; MENDES, J. M. R. Processo de Trabalho e Condições de Trabalho em Frigoríficos de Aves: Relato de uma Experiência de Vigilância em Saúde do Trabalhador. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, n. 12, dez. 2014. DOI: 10.1590/1413-812320141912.12792014

OLIVEIRA, R. de C. M. de. (Entre)linhas de uma pesquisa: o Diário de Campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (Auto)biográfica. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 2, n. 4, p. 1-19, 2014.

OLIVEIRA, S. G. **Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador.** 6. ed. São Paulo: LTr, 2011.

PAULA, M. G. **A efetivação da assistência social no âmbito das entidades sociais privadas: potencialidades e desafios.** PUCRS, 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PEREIRA, V. T.; FREITAS, C. R.; DIAS, D. D. Violação de direitos no SUAS: a precarização da vida. **Rev. Polis Psique**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 25-44, jul. 2016.

PIRES, M. L. **Um olhar para o abrigo: reflexões sobre a prática do educador e mãe social e sua influência na vida das crianças e dos adolescentes abrigados.** PUCSP, 2006. 184 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Faculdade De Psicologia, Pontifícia Universidade Católica De São Paulo São Paulo, 2006.

RIBEIRO, C. D. **Processo de trabalho e processo de valorização: extração de mais-valia na mineração, Congonhas (MG).** Juíz de Fora: UFJF/PPGSS, 2015.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.** São Paulo: Loyola, 2004.

ROSATO, C. M. **Direitos Humanos para quem? Uma análise de discursos jornalísticos em Pernambuco e São Paulo (1987 e 1997).** UFPE, 2011. 244 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; ALMEIDA, I. G.; COSTA, N. R. A.; GUIMARÃES, L. A.; MARIANO, F. N.; TEIXEIRA, S. C. P.; SERRANO, S. A. Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 25, n. 2, p. 390-399, 2012. DOI: 1590/S0102-79722012000200021.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; COSTA, N. R. A. Construcción de vínculos afectivos en contextos adversos de desarrollo: Importancia y polémicas. **Scripta Nova**, v. 16, n. 395, 2012.

SALIM, C. A. Doenças do trabalho: exclusão, segregação e relações de gênero. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 11-24, mar. 2003.

SCHUTZE, F. Pressure and guilt: war experiences of a young German soldier and their biographical implications. **International Sociology**, v. 7, n. 2, p. 187-208, 1992. DOI: 10.1177/026858092007003006.

SCHWARTZ M. S.; SCHWARTZ, C. G. Problems in participant observation. **Amer J Sociol**, v. 60, p. 343-54, 1955.

SCHWARTZ, Y. Philosophie, ergonomie et exterritorialité. In: DANIELLOU, F. (org). **L'ergonomie en quête de ses principes.** Toulouse: Octarès Édition, 1996.

SCOPINHO, R. A. **Vigiando a vigilância: saúde e segurança no trabalho em tempos de qualidade total.** São Paulo: Annablume – Fapesp, 2003.

SEGUI, F. A. C. **Sentidos do vínculo afetivo para educadores de instituições de acolhimento: um estudo de caso.** PUCSP, 2012. 101 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, J. M.; SILVA, N. E.; FARIA, H. P.; PINHEIRO, T. M. M. Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. **Revista de Ciência e Saúde Coletiva**, v. 10, n. 4, p. 891-903, 2005. DOI:10.1590/S1413-81232005000400013.

SILVA, O. V. Educação escolar e neoliberalismo: análise crítica sobre as diretrizes sociais de formação na sociedade contemporânea. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**, a. 14, n. 23, 2014.

SOUZA, R. M. **O discurso do protagonismo juvenil**. USP, 2006. 350 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

THÈBAUD MONY, A.; APPAY, B. **Precarisation sociale**. Paris: Institut de Recherche sur les Sociétés Contemporaines, 2000.

TEIXEIRA, P. A. S.; VILLACHAN-LYRA, P. Sentidos de desacolhimento de mães sociais dos sistemas de casas lares. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 199-210, 2015. DOI: 10.1590/1807-03102015v27n1p199.

TOMÁS, D. N. **Conhecendo o perfil mediacional de mães sociais**: um estudo sobre as interações em abrigos. UFMG, 2010. 119 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Aplicada) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

TOMÁS, D. N.; VECTORE, C. Perfil mediacional de mães sociais que atuam em instituições de acolhimento. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. 3, p. 576-587, 2012. DOI: 10.1590/S1414-98932012000300005.

TOSTES, M. V.; ALBUQUERQUE, G. S. C.; SILVA, M. J. S.; PETTERLE, R. R. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde Debate**, Rio De Janeiro, v. 42, n. 116, p. 87-99, 2018. DOI: 10.1590/0103-1104201811607.

UJIIE, N.; NATALI, P.; MACHADO, É. R. Contexto da formação do educador social no Brasil. **Educação Unisinos**, v. 13, n. 2, p. 117-124, maio/ago. 2009.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. 6. ed. São Paulo: Libertad, 1997.

VEDOVATO, T. G.; MONTEIRO, M. I. Perfil sociodemográfico e condições de saúde e trabalho dos professores de nove escolas estaduais paulistas. **Rev Esc Enferm USP**, v. 42, n. 2, 2008.

VENÂNCIO, R. P. **Famílias abandonadas**: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séc. XVIII e XIX. Campinas: Papyrus, 1999.

VIEIRA, F. O.; MARINHO, M. O.; GHIZONI, L. D. “Ruim com ele, pior sem ele”: servidão (in)voluntária que reforça o trabalho escravo contemporâneo,

apontamentos à luz da Psicodinâmica do Trabalho. **RBEO**, v. 5, n. 1, p. 55-79, jun. 2018.

VIOLIN, T. C. Estado, ordem social e privatizações: as terceirizações ilícitas da Administração Pública por meio das organizações sociais, Oscips e demais entidades do "terceiro setor". **Raízes Jurídicas**, v. 5, n. 2, jul/dez 2009.

WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1967

WÜNSCH, D. S.; MENDES, J. M. R. Saúde do trabalhador e proteção social: as repercussões da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Revista da RET**, a. 5, n. 9, 2011.

YAMAMOTO, O. Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do Psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 30- 37, 2007. DOI: 10.1590/S0102-71822007000100005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO BIO-SÓCIODEMOGRÁFICO

1 – Data de aplicação: ___/___/___ Instituição: _____

2 – Idade: _____ Gênero: _____

3 – Estado Civil: _____

4 – Grau de Instrução: _____

6 – Possui filhos biológicos? _____.

 Se sim, quantos e qual a idade: _____

7 – Quantas crianças residem com você e quais são as idades? _____

8 – Qual o tempo em que atua nesta atividade: _____

9 – Como descobriu esta atividade: _____

10 – Qual a opção que mais se aproxima da sua renda média mensal:

a) _____ Até um salário mínimo.

b) _____ Entre um e dois salários mínimos.

c) _____ Entre dois e três salários mínimos.

d) _____ Acima de três salários mínimos.

11 – Carga horária de trabalho realizada diariamente: _____

12 – Você realiza outras atividades de trabalho além desta? _____

Se sim, qual/quais: _____

13 - Você recebe seus pagamentos em dia? Como é sua contratação (CLT ou RPA – Recibo de Pagamento Autônomo)? _____

14 - Quem contratou o seu trabalho (prefeitura, empresa)? _____

15 – Você já sofreu algum tipo de machucado ou acidente de trabalho? _____

16 - Você já esteve afastado do trabalho? Por quê? _____

17- Sente alguma dor pelo corpo ou desconforto no dia a dia de trabalho?

18 - Você faz uso de alguma medicação? Se sim, qual? _____

19 - Você realiza atividades físicas? Quais? _____

20 - Você realiza atividades de lazer? Quais? _____

APÊNDICE B – ENTREVISTA INDIVIDUAL

1- O que significa para você ser um educar residente (pai ou mãe social)? Refletir sobre o sentido/significado do trabalho.

2- Conte-me sobre seu cotidiano de trabalho, sobre o local em que você reside e como são suas condições de trabalho – atividades que realiza, se reside com marido, filhos e como ocorrem essas relações .

3- Você já realizou alguma capacitação sobre seu trabalho – quem realizou, quais assuntos foram abordados e se ainda possui capacitação?

4- Quais são as dificuldades que você enfrenta em seu trabalho e quais estratégias utiliza para suportar as dificuldades?

5- Você acha que residir em seu local de trabalho repercute em sua vida e em sua saúde? De que forma?

6- Conte-me quais são suas vivências de prazer no trabalho e se você sente reconhecimento em seu trabalho (sentimentos positivos, se possui apoio de colegas e da gestão).

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL – PPGPSI
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Você está sendo convidado a participar da pesquisa de pós-graduação, intitulada: Ora pais, ora trabalhadores: o trabalho de educadores residentes de casas lares. O trabalho será realizado pela psicóloga e mestranda Franciéli Katiúça Teixeira da Cruz Severo do curso de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação da pesquisadora professora Dr. Jussara Mendes. Tem por objetivo dar visibilidade ao cotidiano de trabalho de educadores residentes em casas lares, identificando os efeitos na saúde e nos modos de vida desses trabalhadores.

Sua participação na pesquisa será voluntária e consistirá em participar de uma observação participante e uma entrevista individual que será gravada e transcrita. Destaca-se que este procedimento não interfere nos preceitos éticos, mas, contribui para garantir a apropriação fidedigna das falas dos sujeitos. Sua identidade será preservada ao longo da coleta e, em especial, na divulgação dos resultados. Se, em algum momento, identificar uma pergunta que não deseje responder poderá permanecer em silêncio. Da mesma forma que, quando lhe surgirem dúvidas, poderá solicitar maiores informações ou esclarecimentos. Caso seja necessário, poderá retirar sua participação a qualquer momento, sem nenhuma penalidade.

Possíveis despesas decorrentes da participação nesta pesquisa, tais como deslocamento e alimentação, serão ressarcidas.

Os riscos envolvidos são mínimos e, como exemplo, serão citados: desconforto ao expor-se, constrangimento ao ser observado em seu local de interação com colegas, preocupação com o destino das informações, entre outros riscos possíveis, relacionados a danos emocionais ou sociais.

No entanto, caso surja alguma intercorrência, serão tomadas providências que possam garantir seu bem-estar como conversas individuais com a psicóloga e

pesquisadora ou encaminhamentos para atendimento individual com outro profissional de sua preferência.

Ressalta-se que a investigação se dará em conformidade com a Resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia (2000), com a resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde que regulamenta a pesquisa com seres humanos e também com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que define as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Manteremos em arquivo, sob a guarda do Núcleo de Pesquisa em Saúde do Trabalhador (NEST), localizado no 5º andar, sala 506 do Instituto de Psicologia da UFRGS, por cinco anos, todos os dados e documentos da pesquisa. Após, transcorrido esse período, os mesmos serão destruídos. Os dados obtidos a partir desta pesquisa serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante, artigos científicos e na dissertação/tese.

Você tem a liberdade de optar pela participação na pesquisa e de retirar o consentimento a qualquer momento.

Destaca-se a relevância de sua participação neste estudo para contribuir com as discussões sobre os efeitos dos atuais contextos de trabalho na saúde dos educadores residentes e, conseqüentemente, para a produção do conhecimento e proposição de ações de prevenção e promoção da saúde desta população.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido contém duas páginas, será rubricado em todas as folhas e assinado em duas vias, permanecendo uma com você e a outra com o pesquisador.

Abaixo, você tem acesso ao telefone e endereço eletrônico institucional do pesquisador responsável, podendo esclarecer suas dúvidas sobre o projeto a qualquer momento no decorrer da pesquisa.

Nome do pesquisador responsável: Profa. Dra. Jussara Maria Mendes

Nome da pesquisadora: Franciéli Katiúça Teixeira da Cruz Severo

Telefone institucional do pesquisador: (51)998282729

E-mail institucional do pesquisador: nest@ufrgs.br

Assinatura do pesquisador responsável

Local e data: _____, _____ de _____ 20____.

Declaro que li o TCLE: concordo com o que foi exposto e aceito participar da pesquisa proposta.

Assinatura do participante da pesquisa ou representante legal

APROVADO PELO COMITÊ DE ÉTICA DA INSTITUIÇÃO

Instituto de Psicologia Comitê de Ética em Pesquisa Rua Ramiro Barcelos, 2600
Porto Alegre – RS Cep: 90035-003

Fones: (51)3308-5698 – Bernardo Linck (Secretário) ou (51)3308-5066 (Secretaria
Geral do Instituto de Psicologia) E-mail: cep-psico@ufrgs.br

APÊNDICE D – DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Título do Projeto: Ora pais, ora trabalhadores: o trabalho de educadores residentes de casas lares.

Nome do Pesquisador Responsável:

Francieli Katiúça Teixeira da Cruz Severo

Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS N°510/2016.

Esta instituição está ciente de suas coresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.

Nome da Instituição:

Nome do Responsável pela Instituição:

....., de..... de
